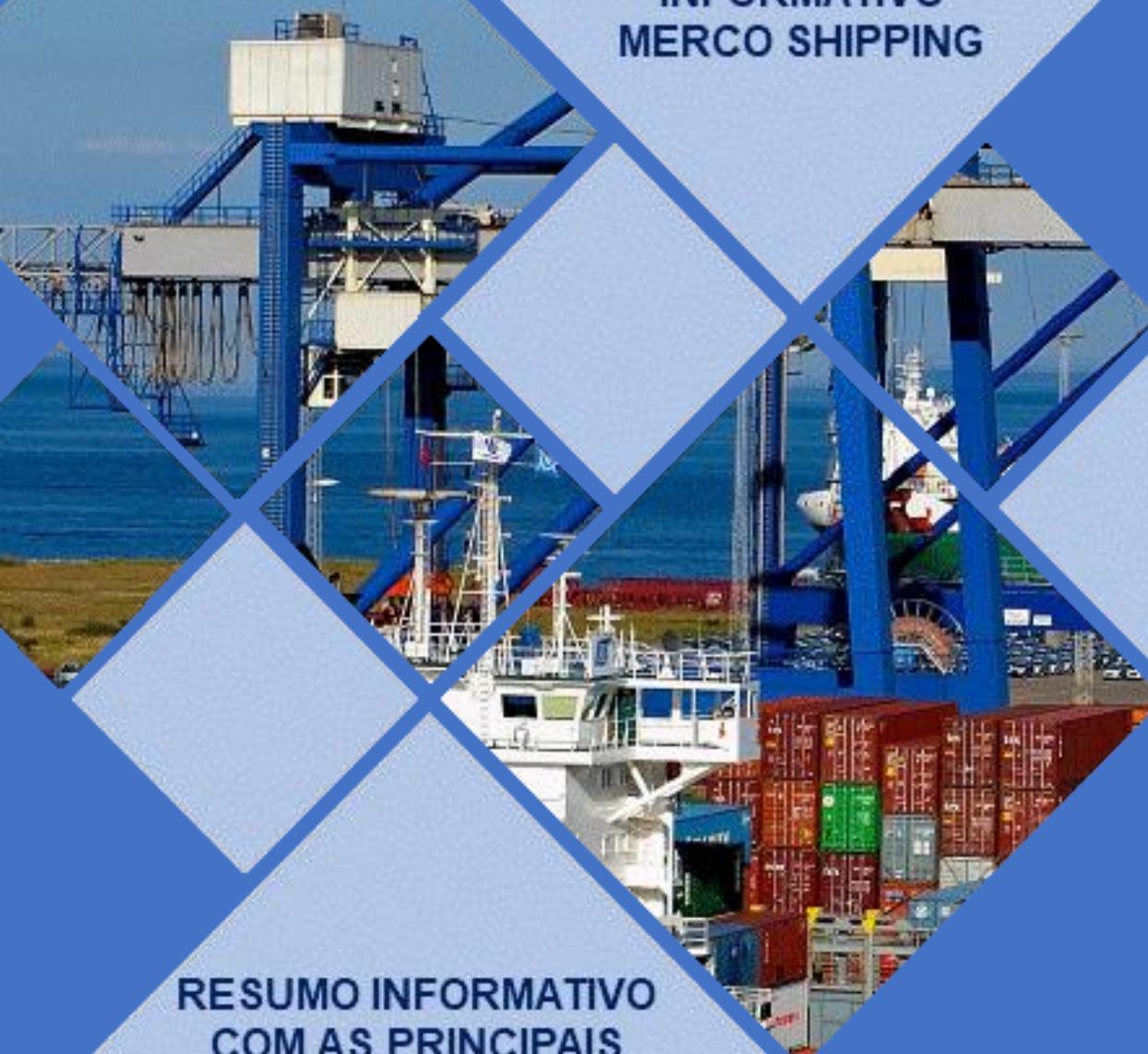


INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 095/2025
Data: 15/07/2025



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
PORTO DE SÃO SEBASTIÃO INICIA DRAGAGEM PARA AMPLIAR PROFUNDIDADE NO LITORAL DE SÃO PAULO.....	4
COP PORTOS INICIA DEBATE CLIMÁTICO NO PARANÁ NESTA TERÇA-FEIRA.....	5
PROJETO PREVÊ ILHA ARTIFICIAL EM SANTOS COM NOVO TERMINAL DE CRUZEIROS, TORRES, HOTEL E SHOPPING NO LITORAL DE SÃO PAULO.....	6
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	8
TARIFA DE TRUMP AMEAÇA 4 MIL EMPREGOS E TERMINAL SALINEIRO DO RN.....	8
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	10
PRÊMIO ANTAQ 2025 SERÁ REALIZADO EM FEVEREIRO DE 2026.....	10
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	10
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS AMPLIA PRAZO PARA CONTRIBUIÇÃO AO PROGRAMA INVESTE+ AEROPORTOS.....	10
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	11
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NAS RODOVIAS: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES APRESENTA PROJETO PARA ÁREAS DE ABASTECIMENTO A GÁS NATURAL PARA CAMINHONEIROS.....	11
PONTE QUE LIGA BRASIL E ARGENTINA VAI A LEILÃO NESTA QUARTA (16), EM FOZ DO IGUAÇU (PR).....	12
BE NEWS – BRASIL EXPORT	13
EDITORIAL – AS OPORTUNIDADES E O DESAFIO DA MARGEM EQUATORIAL.....	13
NACIONAL - HUB – CURTAS - CÂMARA VOTA MUDANÇAS NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NESTA SEMANA.....	14
<i>Projeto de Lei propõe novos tipos de licença e simplificação de processos para empreendimentos estratégicos e projetos por adesão</i>	14
<i>Projetos estratégicos</i>	14
<i>Por adesão</i>	14
<i>Corrida eleitoral</i>	14
<i>Apoio ao vice</i>	14
NACIONAL - LULA ASSINA DECRETO E INSTALA COMITÊ PARA ENFRENTAR TARIFAS DE DONALD TRUMP.....	14
NACIONAL - GOVERNO DESTACA IMPORTÂNCIA DA MARGEM EQUATORIAL PARA SEGURANÇA ENERGÉTICA.....	16
NACIONAL - PRAZO PARA CONTRIBUIÇÕES AO INVESTE + AEROPORTOS VAI ATÉ O DIA 21.....	17
NACIONAL - ANTAQ ADIA EDIÇÃO DE 2025 DO PRÊMIO ANUAL PARA FEVEREIRO DE 2026.....	17
REGIÃO SUDESTE - PROJETO SANTOS + VIVO TRARÁ BENEFÍCIOS PARA O PORTO DE SANTOS, DIZ TRANSBRASA.....	18
REGIÃO SUL - PORTONAVE INICIA NOVO PLANO DE RECUPERAÇÃO DA RESTINGA EM NAVEGANTES.....	20
BRASIL EXPORT - VISITA TÉCNICA AO PUERTO UNIÓN ABRE MERCOSUL EXPORT 2025 EM ASSUNÇÃO.....	21
OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - SIGILO EM ARRENDAMENTOS PORTUÁRIOS, CONCESSÕES E PPPS.....	22
BAHIA ECONÔMICA - BA	24
PRODUÇÃO DE PETRÓLEO DA UNIÃO SOBE 13,2% E ALCANÇA 128 MIL BARRIS POR DIA EM MAIO.....	24
JORNAL O GLOBO – RJ	24
REUNIÃO NO STF TERMINA SEM ACORDO ENTRE GOVERNO E CONGRESSO SOBRE IOF. MORAES VAI DECIDIR SOBRE VALIDADE DE DECRETOS.....	24
TARIFAÇÃO DE 50% DE TRUMP TERÁ IMPACTO SEMELHANTE AO DA COVID PARA A EMBRAER, DIZ CEO.....	26
REAÇÃO À TARIFA AMERICANA EXIGE DIÁLOGO SEM POLITIZAÇÃO, DEFESA DA ECONOMIA BRASILEIRA ACIMA DE IDEOLOGIAS.....	27
ORIGEM ENERGIA TEM AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA PROJETO DE ESTOCAGEM DE GÁS EM ALAGOAS DE US\$ 200 MILHÕES ..	29
TARIFAÇÃO DE TRUMP: PRINCIPAL ENTIDADE DO AGRO DIZ QUE ECONOMIA BRASILEIRA ESTÁ 'À MARGEM DE UMA AGENDA POLÍTICA SEQUESTRA'.....	30
TARIFAÇÃO DE TRUMP JÁ AFETA FRIGORÍFICOS E 30 MIL TONELADAS DE CARNE ESTÃO EM PORTOS OU A CAMINHO DOS EUA, DIZ ASSOCIAÇÃO.....	31
SAIBA O QUE OS EMPRESÁRIOS COBRARAM DO GOVERNO NA REUNIÃO SOBRE O TARIFAÇÃO DE 50% QUE TRUMP QUER IMPOR AO BRASIL.....	32
INDÚSTRIA BRASILEIRA TENTA ADIAR TARIFAÇÃO DE TRUMP: 'QUEREMOS RESOLVER O PROBLEMA O MAIS RÁPIDO POSSÍVEL', DIZ ALCKMIN.....	35
CÂMARAS DE COMÉRCIO DOS EUA E DO BRASIL PEDEM QUE PAÍSES INICIEM 'NEGOCIAÇÕES DE ALTO NÍVEL' SOBRE TARIFAS.....	37
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	38
PIB DO BRASIL PODE DIMINUIR EM 0,4 PONTO PORCENTUAL NO CURTO PRAZO COM TARIFAS DE TRUMP, DIZ OPEP.....	38
TRUMP CITA TARIFAS EM VIGOR NO BRASIL E VOLTA A DEFENDER BOLSONARO: 'NÃO É DESONESTO'; VEJA O VÍDEO.....	39



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 095/2025
Página 3 de 57
Data: 15/07/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

EMBRAER PREVÊ PERDA DE R\$ 2 BI COM TARIFAS NESTE ANO; 'TAXA DE 50% É PRATICAMENTE EMBARGO', DIZ CEO	41
CHINA USA BILHÕES EM SUBSÍDIOS PARA ESTIMULAR GASTOS DE CONSUMIDORES, MAS ATÉ QUANDO CONSEGUE?	42
SENADO PREPARA COMITIVA PARA OS EUA SOBRE TARIFAS DE TRUMP E TENTA SE DESCOLAR DE LULA E BOLSONARO	44
PRESIDENTES DA CÂMARA E DO SENADO DESISTEM DE PARTICIPAR DE CONCILIAÇÃO SOBRE IOF NO SUPREMO.....	46
ARRECADADAÇÃO PROJETADA PELO GOVERNO COM IOF PARA 2026 EQUIVALE A ESFORÇO PARA CUMPRIR META FISCAL	47
TARCÍSIO DIZ QUE VAI ARTICULAR COM GOVERNADORES DOS EUA PARA PRESSIONAR TRUMP CONTRA TARIFAS DE 50%	48
CÂMARAS DE COMÉRCIO DO BRASIL E DOS EUA PEDEM NEGOCIAÇÕES DE 'ALTO NÍVEL' PARA EVITAR 'GRAVES DANOS'	50
VALOR ECONÔMICO (SP).....	51
LEILÕES RODOVIÁRIOS MOVIMENTAM R\$ 168 BILHÕES EM INVESTIMENTOS	51
CARVÃO, O COMBUSTÍVEL PROTAGONISTA DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL QUE AINDA MOVE O SÉCULO 21	53
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	55
APS OBTÉM LIMINAR CONTRA ANULAÇÃO DA NORMA SOBRE ÁGUA DE LASTRO PELA ANTAQ	55
DECRETO QUE REGULAMENTA BR DO MAR SERÁ ASSINADO QUARTA-FEIRA (16)	56
PETROBRAS BUSCA 11 EMBARCAÇÕES DE APOIO A ESTRUTURAS OFFSHORE	56
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	57
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	57



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PORTO DE SÃO SEBASTIÃO INICIA DRAGAGEM PARA AMPLIAR PROFUNDIDADE NO LITORAL DE SÃO PAULO

Com investimento de R\$ 6,3 milhões, obra deve restabelecer calado mínimo de dez metros e aumentar capacidade de operação

Por A Tribuna.com.br 15 de julho de 2025



Objetivo é retirar mais de 57,5 mil metros cúbicos de sedimentos (Divulgação/Semil)

A dragagem do Porto de São Sebastião, no Litoral Norte, deve começar neste mês. A Companhia Docas de São Sebastião (CDSS), que administra o complexo, conseguiu autorização final do serviço junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Segundo a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (Semil), a empresa Dratec Engenharia foi a contratada.

O investimento é de R\$ 6,3 milhões e serão retirados 57.571,99 metros cúbicos de sedimentos para restabelecer a capacidade operacional do berço de atracação e da bacia de manobra, para aumentar o calado operacional dos navios, permitindo o transporte de maior volume de cargas no local. A última dragagem foi feita em 2022.

A operação utilizará uma draga hopper, com prazo estimado de cinco meses, sendo 45 dias destinados à remoção efetiva dos materiais. O monitoramento ambiental é feito pela empresa Salt Engenharia, contratada por R\$ 1,38 milhão.

O canal de acesso ao Porto de São Sebastião possui um dos maiores calados do Brasil, chegando a 25 metros de profundidade. É um atrativo para embarcações de grande porte e permite operar volumes maiores de carga. Já a profundidade na área de atracação, porém, é menor por estar perto da costa. Atualmente, chega a 8,70 metros. O serviço deve restabelecer a profundidade mínima de dez metros.

Estratégia e competitividade

Devido à localização próxima à costa, a área de atracação do Porto de São Sebastião sofre assoreamento natural provocado por chuvas, ventos e correntes marítimas, exigindo intervenções periódicas para garantir a segurança e a eficiência das operações.

“Esta dragagem é estratégica não apenas para a operação segura do Porto, mas também para manter a competitividade e a eficiência logística de São Paulo. É uma obra com impacto direto no desenvolvimento regional”, afirma Ernesto Sampaio, diretor-presidente do Porto de São Sebastião.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 15/07/2025*

COP PORTOS INICIA DEBATE CLIMÁTICO NO PARANÁ NESTA TERÇA-FEIRA

Primeiro encontro discute rotas marítimas verdes e soluções ambientais para levar propostas à COP30

Por Bárbara Farias 15 de julho de 2025



Porto de Paranaguá será sede do encontro que reunirá autoridades e representantes de empresas (Rodrigo Félix Leal/Seil/Divulgação)

Os desafios no avanço de rotas marítimas verdes e soluções ambientais no setor portuário serão discutidos nesta terça-feira (15) no 1º Encontro COP Portos Sustentáveis, no Palácio Taguaré, sede administrativa do Porto de Paranaguá, no Paraná, a partir das 14 horas. É o primeiro de três encontros cujas discussões resultarão em um documento com propostas endereçadas à 30ª Conferência das Nações Unidas

sobre Mudança do Clima (COP30), em novembro, em Belém (PA).

O evento, promovido pelo Grupo Tribuna e patrocinado pela Portos do Paraná, autoridade dos portos de Paranaguá e Antonina, reunirá autoridades e representantes de empresas e associações de comércio exterior. Os outros dois encontros ocorrerão nos portos de Santos e do Nordeste (a definir), sempre nas sedes das autoridades portuárias.

Anfitrião, o diretor-presidente da Portos do Paraná e presidente da Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph), Luiz Fernando Garcia da Silva, fará a abertura do evento.

“É uma honra receber o COP Portos Sustentáveis. A Portos do Paraná tem participado ativamente das discussões sobre as mudanças climáticas e é a única autoridade portuária brasileira convidada, por cinco vezes consecutivas, pela ONU, para estar presente nas COPs desde 2019”, declarou.

“Essa é uma agenda que o mundo está preocupado e que ainda não conseguimos endereçar todos os temas”, comentou o consultor para assuntos portuários do Grupo Tribuna e mediador do encontro, Maxwell Rodrigues.

Painelistas

Um dos debatedores do painel “Cop 30 – Corredores marítimo climáticos”, o presidente da Associação Americana de Autoridades Portuárias (AAPA) Latam, Juan Duarte, destacará o quanto os corredores são estratégicos para acelerar a descarbonização do transporte marítimo.

“Quero reforçar as oportunidades que vemos na AAPA Latam para que a América Latina tenha um papel mais ativo, aproveitando alianças público-privadas e bons retornos de investimento na região. Também trarei recomendações e exemplos do trabalho que já realizamos nesse tema”, adiantou.

O especialista pontuou que “para avançar na descarbonização é essencial ter cooperação real entre os atores, avaliar a viabilidade dos combustíveis limpos, ajustar os marcos institucionais e incentivar investimentos estratégicos”.

Por fim, Duarte parabenizou o Grupo Tribuna pela iniciativa. “A sustentabilidade não é uma opção, é prioridade. Criar esses espaços de diálogo é essencial para um setor portuário mais resiliente e competitivo”.

Baixo carbono

A diretora-executiva da Abeph, Gilmara Temóteo, afirmou: “O nosso foco é apresentar o Brasil como protagonista na construção de uma economia azul de baixo carbono, com potencial para liderar uma



transformação global no transporte marítimo. Vou destacar a importância da criação de corredores marítimos climáticos, o avanço em combustíveis verdes e a implementação de inovações tecnológicas”.

Sobre a descarbonização, Gilmara avalia ser necessário que o Brasil avance na consolidação de uma estratégia nacional integrada para os corredores marítimos verdes, transformando compromissos multilaterais em ações coordenadas com metas e indicadores claros.

“Além de desenvolver um marco regulatório para combustíveis marítimos alternativos, aliado a incentivos fiscais, linhas de crédito verdes e mecanismos de certificação”.

As inscrições para o evento podem ser feitas neste link.

<https://grupo-tribuna.evoluturp.app/pages/evento?id=9>

PROGRAMAÇÃO

Terça-feira

Local: Palácio Taguaré, no Porto de Paranaguá (Av. Ayrton Senna da Silva, 161, Dom Pedro II)

- 13h45 — Credenciamento

- 14h — Abertura

Luiz Fernando Garcia da Silva, diretor-presidente dos Portos do Paraná

- 14h20 — Palestra: “Do cais à comunidade: a força socioambiental do setor portuário”

Maitê Carlim Moura, analista de sustentabilidade na Rocha Terminais Portuários e Logística

- 14h50 — Palestra: “Iniciativas sustentáveis”

Ângela Cristina Bahry, coordenadora de ASG na Cattalini Terminais Marítimos
Gabriella Rodrigues Leal da Silva, coordenadora de SSPAQ na Cattalini Terminais Marítimos

- 15h20 — Palestra: “O papel dos operadores portuários no desenvolvimento sustentável”

Eliane de Oliveira, coordenadora de meio ambiente na TCP

- 15h50 — Coffee break

- 16h20 — Painel: “COP30 - Corredores marítimos climáticos: Inovação e ação coletiva para a descarbonização.

Resiliência do setor portuário e aquaviário”

Claudio Bastos, superintendente de governança, riscos e compliance da APS

Luiz Fernando Garcia, diretor-presidente dos Portos do Paraná

Juan Duarte, presidente da AAPA Latam

Gilmara Temóteo, diretora-executiva da Abeph

Cristina Wadner, advogada especialista em Direito Marítimo e Empresarial

Caio Cunha, gerente de Relações Institucionais e governamentais do Porto do Açu

Cláudia Borges, diretora-executiva e de relações institucionais na ABTP

Fabio Silveira, consultor jurídico da Abeph

Thales Schwanka Trevisan, gerente de Meio Ambiente dos Portos do Paraná

Marina Cavalini Bailão, chefe de gabinete da Secretaria Nacional de Portos

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 15/07/2025

PROJETO PREVÊ ILHA ARTIFICIAL EM SANTOS COM NOVO TERMINAL DE CRUZEIROS, TORRES, HOTEL E SHOPPING NO LITORAL DE SÃO PAULO

Empreendimento da Transbrasa teria investimento acima de R\$ 1 bilhão, mas Prefeitura é contra o projeto; saiba os detalhes

Por Maurício Martins 15 de julho de 2025



Complexo turístico teria terminal para cruzeiros, seis torres de 25 andares com apartamentos, um hotel de 30 andares e um shopping center (Reprodução)

Um complexo turístico em uma ilha artificial no meio do mar, que junta um terminal para cruzeiros, seis torres de 25 andares com apartamentos, um hotel de 30 andares e um shopping center. Esse é o projeto Santos + Vivo, apresentado nesta segunda (14) atualizado e em detalhes pelos idealizadores.

A proposta é da empresa Transbrasa, que possui terminal retroportuário em Santos. O objetivo é implantar o empreendimento, de 294 mil metros quadrados (m²), sobre o mar, a partir da Ponta da Praia, na altura do Museu de Pesca, onde fica o Deck do Pescador. O local teria espaço para atracação de três navios ao mesmo tempo.

O valor soma R\$ 1,247 bilhão, e a empresa afirma contar com investidores internacionais. Conforme A Tribuna publicou na semana passada, o projeto recebeu aval da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), em 2024, e do Ministério dos Portos e Aeroportos (MPor) na última quarta-feira.

A Prefeitura de Santos, porém, se manifestou contra, citando impactos ambiental, urbanístico e de vizinhança. Além disso, o empreendimento estaria em desacordo com o Plano Diretor da Cidade. A prioridade da Administração Municipal é a transferência do atual terminal de passageiros Giusfredo Santini, administrado pelo Concais, da região de Outeirinhos para o Valongo.

DESINFORMAÇÃO

Questionados por A Tribuna sobre o impedimento, pela Prefeitura, da atividade no local, o presidente da Transbrasa, Bayard Umbuzeiro Filho, e o CEO da empresa, Bayard Umbuzeiro Neto, disseram que o projeto está de acordo com o Zoneamento Urbano de Santos, que define a região como de interesse turístico. Eles atribuíram o atual posicionamento da Prefeitura à “desinformação”.

Os empresários apresentaram um ofício da Prefeitura, de 2023, assinado pelo prefeito Rogério Santos (Republicanos) atestando que não havia impedimento ao projeto. “Nosso interesse é sentar com as autoridades e conversar”, afirma Bayard Neto.

Eles descartaram judicializar a questão, afirmando que tudo se resolverá com diálogo. “Isso não é nem convencimento, é bom senso das partes. A legislação do Município não tem essa abrangência de legislar sobre o espelho d’água”, diz Bayard Filho, dizendo que a lei municipal precisará de um “apêndice”.

A Reportagem ainda indagou os donos da Transbrasa sobre os impactos no bairro, especialmente no trânsito. “Sem dúvida terá que ter uma melhoria no trânsito, por isso queremos conversar com a Prefeitura para saber o tipo de mitigação, a obra que se pode fazer para diminuir esse impacto”, explica Bayard Neto.

Os idealizadores garantem que há demanda para mais um terminal na Cidade. “Com um milhão de leitos sendo colocados daqui a dez anos no mercado, você acha que vão deixar de explorar o Brasil? Acredito que teremos demanda daqui a dez anos para dois terminais com três berços cada”, pontua o CEO da empresa.

Além disso, os empresários declararam apoio “incondicional” à transferência do Concais para o Valongo, “porque a Cidade vai precisar de ambos”.

O projeto, ressalta a Transbrasa, já foi apresentado para os oito principais armadores que operam cruzeiros pelo mundo, “com grande aceitação”.



Empreendimento sobre o mar, a partir da Ponta da Praia, teria espaço para atracação de três navios (Reprodução)

ESTUDOS

A empresa destaca que encomendou um estudo, atendendo exigência da Marinha do Brasil, confirmando que as manobras dos navios de cruzeiros no terminal não vão interferir na navegabilidade do canal do Porto.

Acrescenta que o projeto protege o calado do canal do estuário, reduzindo a necessidade de dragagem, e que reverte o encurtamento da faixa de areia da Ponta da Praia.

Além disso, ao formar uma barreira física separando as praias do canal do Estuário, detalha a Transbrasa, o projeto ajudaria na melhoria da balneabilidade das praias, reduzindo a chegada de água do estuário à orla santista.

PREFEITURA

A Prefeitura de Santos reitera, em nota, que o empreendimento está em “desconformidade com a legislação atual”. Afirma que o documento emitido em 2023 e citado pela Transbrasa “dava conta de que não havia impedimentos para a empresa proponente realizar estudos sobre o projeto”.

Todavia, a Administração Municipal destaca que, “considerando o posicionamento da atual gestão e a percepção majoritária da população residente na Ponta da Praia”, o projeto é, neste momento, compreendido como “totalmente inviável e em desacordo com o planejamento urbano que vem sendo desenvolvido para a região”.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*
Data: 15/07/2025



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

TARIFA DE TRUMP AMEAÇA 4 MIL EMPREGOS E TERMINAL SALINEIRO DO RN

Os Estados Unidos responderam por 47 % do faturamento externo do setor salineiro potiguar entre 2018 e 2024, com média anual de embarques em torno de 530 mil toneladas

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



Produção em terminal salineiro em Macau, no Rio Grande do Norte. Quase metade do sal potiguar é enviado para os Estados Unidos. Foto: Fiern/Divulgação

O Sindicato da Indústria da Extração do Sal do Estado do Rio Grande do Norte (SIESAL-RN) divulgou nota técnica nesta segunda-feira (14), alertando que a tarifa de 50% imposta pelos Estados Unidos ao sal brasileiro representa risco à permanência do produto potiguar no mercado norte-americano. Segundo o sindicato, a medida tem potencial de provocar “graves consequências econômicas e sociais”, comprometendo a viabilidade do setor salineiro do estado.



O Rio Grande do Norte é responsável por 98% da produção nacional de sal marinho, segundo dados da FIERN, com destaque para os municípios de Areia Branca, Mossoró, Grossos, Porto do Mangue, Macau e Galinhos. A atividade gera aproximadamente 4 mil empregos diretos e sustenta uma ampla cadeia logística de transporte terrestre e marítimo, armazenamento e manutenção. A base operacional das exportações é o Terminal Salineiro Intersal — Porto Ilha — localizado a 14 quilômetros da costa de Areia Branca.

Entre 2018 e 2024, os Estados Unidos foram o destino de 47% do faturamento externo do sal potiguar, com 27% do volume embarcado — cerca de 530 mil toneladas anuais. A estimativa do SIESAL-RN indica que o impacto da tarifa compromete diretamente esse fluxo comercial, ameaçando a sustentabilidade econômica do Porto Ilha, que opera exclusivamente com sal.

O consumo total de sal nos Estados Unidos é estimado em 50 milhões de toneladas ao ano, sendo 16 milhões importadas. O consumo interno brasileiro, por sua vez, gira em torno de 7 milhões de toneladas, volume considerado insuficiente para absorver o excedente do RN em caso de perda dos mercados internacionais.

Concorrência global e inviabilidade logística

A nota técnica do SIESAL-RN afirma que o sal brasileiro perderá competitividade para concorrentes que enfrentam tarifas mais brandas ou nenhuma tributação adicional nos EUA, como Chile, México, Egito e Namíbia. Além disso, destaca que “trata-se de produto com vendas regionalizadas e não globais”, e que não há viabilidade logística ou comercial para redirecionamento imediato de grandes volumes para outros mercados, como Europa ou Ásia. A exportação para essas regiões enfrentaria custos logísticos superiores ao valor de mercado do produto.

A nota também aponta que não existem alternativas operacionais para compensar a perda do mercado norte-americano, e que a medida compromete diretamente o terminal marítimo potiguar e a manutenção dos postos de trabalho no setor.

FIERN e CNI articulam medidas diplomáticas

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN) solicitaram ao governo federal a abertura de diálogo com os EUA para suspender temporariamente a aplicação da tarifa. As entidades pediram o adiamento da medida por 90 dias, a fim de avaliar os efeitos da tarifação e buscar alternativas que preservem o setor.

Segundo estimativas da CNI, os efeitos combinados da tarifa podem atingir até 110 mil empregos em todo o país, incluindo impactos indiretos sobre cadeias industriais que utilizam o sal como insumo.

A FIERN também alertou que a tarifa impacta negativamente outros segmentos da economia potiguar, como a fruticultura, a pesca e a indústria de petróleo. Em nota oficial publicada em junho, a entidade defendeu ações coordenadas para proteger os setores exportadores do estado.

Setor estratégico para equilíbrio das contas estaduais

De acordo com levantamento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do RN e da FIERN, o setor salineiro movimenta aproximadamente R\$ 300 milhões anuais na economia estadual, sendo considerado estratégico para o equilíbrio das contas externas regionais. O produto potiguar é destinado majoritariamente à indústria química e alimentícia, e o ciclo de produção concentra-se entre setembro e fevereiro, exigindo capacidade de estocagem e escoamento contínuo.

A ausência de alternativas viáveis ao Porto Ilha agravaria gargalos logísticos, já que o terminal responde por mais de 90% das exportações de sal da região. A sua paralisação comprometeria o transporte de cargas em toda a Costa Branca, região dependente da atividade salineira.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 15/07/2025



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS PRÊMIO ANTAQ 2025 SERÁ REALIZADO EM FEVEREIRO DE 2026

Adaptação excepcional de calendário busca preservar a qualidade da premiação em cenário de restrição orçamentária

Brasília, 14/07/2025 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) informa que, em razão das restrições orçamentárias vigentes, o Prêmio ANTAQ 2025 será realizada em fevereiro de 2026.

A decisão busca preservar a qualidade e a integridade da premiação, sem comprometer as atividades previstas para o exercício atual. Trata-se de uma medida excepcional, adotada com base no cenário de restrição financeira. Caso haja alteração nesse contexto, a Agência poderá reavaliar a data, mantendo, se possível, o calendário tradicional.

O edital com as regras de participação será publicado em breve. As informações sobre as categorias, etapas e nova programação também serão amplamente divulgadas nos canais oficiais da Agência.

Mesmo com o novo calendário, todas as fases do Prêmio ANTAQ serão conduzidas com o mesmo rigor técnico e institucional que consolidaram sua credibilidade ao longo dos anos. A premiação mantém seu compromisso com a valorização da excelência, da inovação e das boas práticas ESG, reconhecendo iniciativas que contribuem para um transporte aquaviário mais eficiente, sustentável e responsável no Brasil.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** asc@antaq.gov.br

Data: 15/07/2025



Presidência da República

Portos e Aeroportos

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS AMPLIA PRAZO PARA CONTRIBUIÇÃO AO PROGRAMA INVESTE+ AEROPORTOS

Interessados poderão enviar sugestões até a próxima segunda-feira (21), por meio da plataforma Participa + Brasil

MPor ampliou para 21 de julho o prazo da consulta pública para o programa Investe+ Aeroportos

O Ministério de Portos e Aeroportos ampliou até o dia 21 de julho o prazo da consulta pública para o programa Investe+ Aeroportos. Os interessados em contribuir com o aprimoramento da iniciativa podem apresentar as sugestões por meio da plataforma Participa Mais Brasil.

O Investe+ Aeroportos visa estimular a geração de receitas nos aeroportos concedidos ao setor privado, transformando os terminais aéreos em plataformas para diferentes empreendimentos comerciais a partir da flexibilização da Portaria nº 93/2020 do Ministério da Infraestrutura.

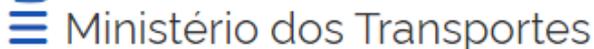
O programa permitirá, por exemplo, a instalação de centros de convenções, terminais logísticos, hotéis, complexos hospitalares, escolas e outros tipos de iniciativas nos sítios aeroportuários para que os aeroportos sejam mais que locais de embarque e desembarque de passageiros.

Podem contribuir com a consulta pública operadores aeroportuários, empreendedores, associações e entidades ligadas à aviação civil, além da sociedade civil.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 15/07/2025

 Presidência da República

 Ministério dos Transportes

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NAS RODOVIAS: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES APRESENTA PROJETO PARA ÁREAS DE ABASTECIMENTO A GÁS NATURAL PARA CAMINHONEIROS

Ação integra o compromisso do Governo Federal com a expansão da infraestrutura para abastecimento sustentável, oferecendo mais segurança e eficiência aos modais de transporte

Comprometido com a transição energética e o estímulo ao uso de combustíveis sustentáveis, o Ministério dos Transportes está implementando, nos Pontos de Parada e Descanso (PPDs) para caminhoneiros, estruturas voltadas ao abastecimento de veículos pesados com gás natural e gás liquefeito. Segundo o secretário-executivo da pasta, George Santoro, a medida faz parte da estratégia de criação dos chamados “corredores azuis”, previstos para todas as regiões do país e nos 70 novos postos que o Governo Federal vai viabilizar até o fim de 2027.



Secretário-executivo do MT George Santoro, debate o uso do gás natural como alternativa mais sustentável no transporte rodoviário de cargas. - Foto: Luiz Siqueira/MT

“O país inteiro tem essa possibilidade, inclusive para atender à Lei dos Caminhoneiros, que prevê descanso a cada 11 horas. Assim, o caminhão que precisa parar pode aproveitar esse momento para fazer o abastecimento com gás natural ou gás liquefeito. Essa é uma novidade importante, com o Ministério participando ativamente da

transição energética”, detalhou Santoro.

A apresentação foi feita nesta terça-feira (15), durante o lançamento do projeto de estocagem de energia em Alagoas, promovido pela empresa Origem. Com investimento de aproximadamente R\$700 milhões, a iniciativa prevê a construção de uma infraestrutura para armazenar gás natural, com o objetivo de garantir maior segurança no fornecimento do produto para o estado e ampliar a capacidade de integração do biogás produzido localmente à rede nacional.

“O projeto marca o início de uma nova cadeia de indústrias vindo para o estado de Alagoas, a partir de uma base de energias mais baratas e menos poluentes, que vão gerar emprego, renda e novos negócios dentro de uma expectativa de desenvolvimento do PIB bastante virtuoso”, afirmou Santoro.

O projeto dialoga com um esforço mais amplo de reestruturação logística e energética conduzido pela pasta, que tem estimulado parcerias com o setor privado para o desenvolvimento de opções menos poluentes nas frotas de transporte rodoviário. A unidade de estocagem de gás cria condições para o armazenamento do combustível dentro dos PPDs, oferecendo segurança ao caminhoneiro para operar com veículos movidos a gás, com garantia de acesso a pontos de abastecimento ao longo do trajeto.

“É a possibilidade de uma transição que ainda não representa uma energia 100% limpa, porque o gás não é, mas já é muito melhor que o diesel”, complementou o secretário-executivo.



Os PPDs estão incluídos no Novo PAC do Governo Federal, além dos novos contratos de concessão de rodovias que integram a carteira de ativos do Ministério dos Transportes.

“Vamos iniciar a construção em Alagoas, e também vai ter na BR-101. Na BR-116, existem vários projetos em andamento”, finalizou.

Nordeste em desenvolvimento

Na lista de projetos na região, George Santoro destacou a construção da ponte do Penedo que ligará Alagoas a Sergipe, com entrega prevista para o início do próximo ano. A estrutura deve ampliar a integração com Sergipe e Bahia e facilitar o escoamento de cargas na região sul do estado.

Também estão em curso as obras do Arco Metropolitano de Maceió, voltadas à melhoria dos acessos rodoviários à capital e à região portuária. De acordo com o secretário-executivo, esse corredor deve beneficiar diretamente empreendimentos logísticos e industriais, como uma unidade de moagem de trigo que se instalará próxima ao Porto de Maceió. Outro ponto citado foi a ampliação da capacidade viária no polo de Marechal Deodoro, prevista para atender ao crescimento da demanda na região. O Ministério também acompanha o Arco Metropolitano de Recife, reforçando a posição de Alagoas como eixo de conexão regional.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 15/07/2025

PONTE QUE LIGA BRASIL E ARGENTINA VAI A LEILÃO NESTA QUARTA (16), EM FOZ DO IGUAÇU (PR)

Concessionária vencedora do certame, promovido pelo Ministério dos Transportes, irá investir US\$ 99 milhões para modernizar a estrutura da ponte e seus acessos

O ministro dos Transportes, Renan Filho, participa nesta quarta-feira (16), em Foz do Iguaçu, do leilão da Ponte Internacional São Borja – Santo Tomé, que liga Brasil e Argentina.

Uma das principais ligações rodoviárias entre os dois países, a ponte possui 15,62 quilômetros e responde por 23% do comércio entre Brasil e Argentina, além de quase 40% das transações com o Chile.

A concessionária vencedora do certame irá investir US\$99 milhões em melhorias, como a recuperação da estrutura, dos acessos à ponte e do centro de fronteira, além da ampliação das instalações de processamento aduaneiro.

Devido à especificidade do projeto, que envolve dois países e é regido por um acordo internacional, o critério de leilão será o de maior valor de outorga e não o menor valor de Tarifa Básica de Pedágio, adotado como padrão pelo Ministério dos Transportes, segundo a política pública estabelecida pela Portaria 995.

Durante o período de concessão, moradores locais e usuários dos ônibus da região irão pagar tarifas reduzidas, facilitando a mobilidade e o acesso aos serviços.

Cobertura de imprensa

Os jornalistas interessados em acompanhar o leilão presencialmente devem confirmar presença pelo e-mail imprensa@b3.com.br.

Importante ressaltar que o tempo de deslocamento da entrada do Parque Nacional do Iguaçu até o local do evento é de aproximadamente 40 minutos. A sessão pública também será transmitida ao vivo pelo canal do Ministério dos Transportes no Youtube.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 15/07/2025



BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – AS OPORTUNIDADES E O DESAFIO DA MARGEM EQUATORIAL

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O seminário “Gás e Petróleo na Margem Equatorial”, promovido pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado na Assembleia Legislativa do Maranhão, nessa segunda-feira, dia 14, reacendeu um debate de suma importância para o futuro energético e econômico do Brasil. A discussão sobre o potencial da nova fronteira exploratória na reposição das reservas do pré-sal e na ampliação da segurança energética do País, com a participação do Ministério de Minas e Energia (MME), sublinha a relevância estratégica da região.

O secretário nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Pietro Mendes, representando o ministro Alexandre Silveira, defendeu a continuidade das pesquisas na Margem Equatorial, mas com uma ressalva crucial: a responsabilidade ambiental e social. Sua pergunta retórica — “por que as regiões Norte e Nordeste não podem ter os mesmos benefícios que o Sudeste teve com as descobertas das bacias de Campos e de Santos?” — ecoa a busca por uma transição energética justa, que promova desenvolvimento social, geração de empregos e oportunidades para todos os brasileiros, enfatizando que a sustentabilidade vai além da dimensão ambiental, abrangendo também o aspecto social.

A Margem Equatorial é apontada como uma área estratégica para evitar a retomada da dependência externa de petróleo a partir da próxima década. A prioridade dada ao bloco FZA-M-59 para a perfuração de novos poços reflete a urgência em garantir a segurança energética do País. O Maranhão, em particular, tem demonstrado um crescimento notável no setor de petróleo e gás, com uma arrecadação significativa de royalties em 2024, beneficiando o governo estadual, municípios e proprietários de terra. Projetos como as unidades de Liquefação de Gás Natural e de Regaseificação na Bacia do Parnaíba, com vultosos investimentos, evidenciam o dinamismo local e o potencial de atração de recursos.

Pietro Mendes também destacou que a atividade de exploração e produção de petróleo e gás no Brasil responde por apenas 1% das emissões nacionais de gases de efeito estufa, e que o setor tem investido em soluções de baixo carbono. As projeções de investimentos de aproximadamente US\$ 56 bilhões na Margem Equatorial, com potencial de gerar até US\$ 200 bilhões em receitas governamentais e criar centenas de milhares de empregos diretos e indiretos, reforçam o impacto econômico e social esperado.

A importância da exploração de petróleo e gás na Margem Equatorial é inegável para o futuro energético e econômico do Brasil. Contudo, é fundamental que essa exploração ocorra sempre com os cuidados ambientais exigidos, de modo a garantir a segurança ambiental nas operações. A região abriga ecossistemas sensíveis e de grande biodiversidade, e qualquer atividade de exploração deve ser precedida de estudos de impacto ambiental rigorosos e de planos de contingência robustos.

A discussão sobre a Margem Equatorial não deve se limitar ao potencial de riqueza mineral, mas deve ser pautada por um compromisso inabalável com a preservação ambiental e com as comunidades locais. A sociedade brasileira espera que a busca pela segurança energética não se traduza em riscos desnecessários para a Amazônia e para o litoral brasileiro. Portanto, o governo e as empresas envolvidas têm o dever de garantir que a exploração seja realizada com as mais avançadas tecnologias e com o máximo rigor em termos de segurança ambiental, assegurando que o desenvolvimento econômico da região ocorra em harmonia com a proteção dos seus recursos naturais e de seus povos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2025



NACIONAL - HUB – CURTAS - CÂMARA VOTA MUDANÇAS NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NESTA SEMANA

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO** E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

PROJETO DE LEI PROPÕE NOVOS TIPOS DE LICENÇA E SIMPLIFICAÇÃO DE PROCESSOS PARA EMPREENDIMENTOS ESTRATÉGICOS E PROJETOS POR ADESÃO

A Câmara dos Deputados deve votar, até a próxima quinta-feira, as emendas do Senado ao Projeto de Lei 2159/21, que muda o regramento para os processos de licenciamento ambiental.

O texto cria novos tipos de licença, como aquelas para os considerados empreendimentos estratégicos e as destinadas a projetos de adesão por compromisso, com procedimentos simplificados e prazos menores para análise.

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Em seu parecer, o relator, o deputado federal Zé Vitor (PL-MG), propôs a aprovação de 27 das 32 emendas do Senado. Uma das emendas cria um novo tipo de licenciamento ambiental, chamado de Licença Ambiental Especial (LAE), que poderá ser concedida mesmo se o empreendimento for causador – efetivo ou em potencial – “de significativa degradação do meio ambiente”. Esse aval será utilizado para atividades ou projetos considerados estratégicos pelo Conselho de Governo, órgão de assessoramento do presidente da República quanto à política ambiental.

POR ADESÃO

Outra emenda ao PL 2159/21 estabelece a licença por adesão e compromisso, que pode ser emitida se atendidas condições como o conhecimento prévio das características da região do empreendimento e seus impactos ambientais.

CORRIDA ELEITORAL

Presidente da Comissão Especial sobre o Sistema Portuário Brasileiro da Câmara dos Deputados, que analisa a proposta de um novo marco regulatório para o setor (o PL 733), o deputado federal Murilo Galdino (Republicanos-PB) também vem trabalhando em outros projetos. Um deles é a eleição para o governo de seu estado, a Paraíba, no próximo ano. Seu irmão, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Adriano Galdino (Republicanos), é um dos pré-candidatos. E Murilo tem buscado o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para essa campanha. O assunto foi tema de recente reunião entre os irmãos e a ministra das Relações Institucionais, Gleise Hoffmann (PT), em Brasília.

APOIO AO VICE

Adriano Galdino seria o candidato do Planalto na Paraíba, uma vez que o governador João Azevedo (PSB), foi reeleito nas últimas eleições e, assim, não poderá concorrer no próximo ano. Mesmo sendo de um partido aliado a Lula, Azevedo deve apoiar seu vice, Lucas Ribeiro, do PP, que faz oposição ao PT.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 15/07/2025

NACIONAL - LULA ASSINA DECRETO E INSTALA COMITÊ PARA ENFRENTAR TARIFAS DE DONALD TRUMP

Grupo interministerial coordenado por Alckmin inicia reuniões com indústria e agro para discutir contramedidas e mobilizar apoio nos EUA

Da Redação redacao.jornal@redebnews.com.br



“O governo também tem mando diálogo com o setor privado para defender os interesses dos produtores nacionais”, disse Alckmin em declaração à imprensa no Palácio do Planalto

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou na segunda-feira (14) o decreto que regulamenta a Lei de Reciprocidade Econômica (Lei 15.122/25) e institui o Comitê Interministerial de Negociação e Contramedidas Econômicas e Comerciais, encarregado de formular medidas de proteção à economia brasileira diante da nova

ofensiva tarifária dos Estados Unidos.

Sob coordenação do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, o comitê terá como primeira missão ouvir os setores produtivos afetados pela decisão do presidente norte-americano, Donald Trump, de impor tarifas de 50% sobre todos os produtos importados do Brasil a partir de 1º de agosto.

O grupo é formado ainda pelos ministros Rui Costa (Casa Civil), Mauro Vieira (Relações Exteriores) e Fernando Haddad (Fazenda). Outros ministérios poderão ser convocados conforme o tema das reuniões. A primeira rodada de encontros acontece já nesta terça-feira (15), na sede do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), em Brasília (DF).

A reunião da manhã, marcada para as 10h, será com setores industriais que mantêm forte relação comercial com os Estados Unidos, como os segmentos de aviação, aço, alumínio, celulose, máquinas, calçados e autopeças. Entidades setoriais e representantes de empresas devem participar do encontro, que também contará com presença de um representante do Ministério de Portos e Aeroportos.

Na parte da tarde, às 14h, será a vez do agronegócio. Setores exportadores de suco de laranja, carnes, frutas, mel, couro e pescado devem ser ouvidos. Neste encontro, além das quatro pastas permanentes do comitê, também participarão representantes do Ministério da Agricultura (Mapa), do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério da Pesca.

“Essa é a primeira conversa, mas nós vamos dar continuidade a esse trabalho. E vamos também marcar com entidades e empresas americanas, porque tem uma integração de cadeia. Então, é evidente que as empresas americanas também vão ser atingidas. Vamos conversar com as empresas americanas e com a Câmara de Comércio Exterior Brasil-EUA (Amcham)”, afirmou Alckmin.

O vice-presidente citou como exemplo o caso do aço: o Brasil importa carvão siderúrgico dos EUA para fabricar aço semiplano, que é reexportado aos próprios norte-americanos, responsáveis por transformar esse insumo em motores e produtos com maior valor agregado.

Segundo Alckmin, o governo brasileiro já havia se antecipado ao tarifaço com uma proposta formal de negociação comercial enviada a Washington. “No dia 16 de maio foi encaminhada, até em caráter confidencial, uma proposta de negociação para os Estados Unidos e não foi respondida ainda”, revelou.

Moderação

Apesar da escalada nas tensões comerciais, Alckmin reforçou que o Brasil não formalizou nenhum pedido de prorrogação de prazos nem sugeriu alteração nas alíquotas das tarifas. “O governo não pediu nenhuma prorrogação de prazo e não fez nenhuma proposta sobre a alíquota, sobre o percentual. O que nós estamos fazendo é ouvindo os setores mais envolvidos, para o setor privado também participar e se mobilizar com seus congêneres e parceiros nos Estados Unidos, fazer essa

articulação e o governo também o fará. Todo o empenho em rever essa questão (tarifa), porque ela é totalmente inadequada”, declarou.

O vice-presidente já havia se reunido, por videoconferência, em março, com o secretário de Comércio dos Estados Unidos, Howard Lutnick, e com o embaixador Michael Grier, alto funcionário do Escritório do Representante Comercial dos EUA (USTR). O encontro foi considerado um ponto de partida para o canal de diálogo bilateral sobre comércio exterior e política tarifária. Também participaram das tratativas o ministro Mauro Vieira e equipes técnicas do MDIC e do Ministério das Relações Exteriores.

Desde o anúncio das primeiras tarifas por parte de Washington, o governo federal e o Congresso Nacional têm atuado de forma coordenada em busca de instrumentos legais para proteger a economia brasileira. Em abril, o Senado aprovou por unanimidade, e a Câmara por votação simbólica, o Projeto de Lei 2088/2023, que deu origem à nova Lei de Reciprocidade Econômica.

Além das ações governamentais, o Palácio do Planalto aposta na mobilização do setor privado, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, para reverter as medidas. A expectativa do vice-presidente é de que a articulação conjunta possa evidenciar os prejuízos da medida para ambos os lados.

“O governo também tem mantido diálogo com o setor privado para defender os interesses dos produtores nacionais”, frisou Alckmin em declaração à imprensa no Palácio do Planalto.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2025

NACIONAL - GOVERNO DESTACA IMPORTÂNCIA DA MARGEM EQUATORIAL PARA SEGURANÇA ENERGÉTICA

Durante seminário no Maranhão, Ministério de Minas e Energia defende exploração responsável da nova fronteira para reposição das reservas do pré-sal

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Autoridades e especialistas discutiram no evento o potencial da nova fronteira exploratória na reposição das reservas do pré-sal e na ampliação da segurança energética do país

O Ministério de Minas e Energia (MME) participou, na segunda-feira (14), do seminário “Gás e Petróleo na Margem Equatorial”, promovido pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado na Assembleia Legislativa do

Maranhão. O evento reuniu autoridades e especialistas para discutir o potencial da nova fronteira exploratória na reposição das reservas do pré-sal e na ampliação da segurança energética do país.

Representando o ministro Alexandre Silveira, o secretário nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Pietro Mendes, defendeu a continuidade das pesquisas na região com responsabilidade ambiental e social. “É preciso questionar: por que as regiões Norte e Nordeste não podem ter os mesmos benefícios que o Sudeste teve com as descobertas das bacias de Campos e de Santos? Precisamos de uma transição energética justa, que leve desenvolvimento social, geração de empregos e oportunidades para todos os brasileiros. A sustentabilidade não é apenas uma questão ambiental, ela deve ter um aspecto social”, afirmou.



A Margem Equatorial é apontada como estratégica para evitar a retomada da dependência externa de petróleo a partir da próxima década. Segundo o MME, o bloco FZAM-59 está entre as áreas prioritárias para a perfuração de novos poços.

O Maranhão tem ampliado sua participação no setor de petróleo e gás nos últimos anos. Em 2024, o estado arrecadou R\$ 138 milhões em royalties, dos quais R\$ 45,2 milhões fica ram com o governo estadual, R\$ 86,2 milhões foram destinados aos municípios e cerca de R\$ 7,4 milhões a proprietários de terra. Projetos como a Unidade de Liquefação de Gás Natural e a Unidade de Regaseificação na Bacia do Parnaíba somam investimentos próximos a R\$ 725 milhões, com incentivos do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI).

Durante o seminário, Pietro Mendes ressaltou que a atividade de exploração e produção no Brasil responde por apenas 1% das emissões nacionais de gases de efeito estufa e que o setor tem investido em soluções de baixo carbono. A expectativa é de que a Margem Equatorial receba investimentos de aproximadamente US\$56 bilhões, com potencial de gerar até US\$ 200 bilhões em receitas governamentais e criar centenas de milhares de empregos diretos e indiretos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2025

NACIONAL - PRAZO PARA CONTRIBUIÇÕES AO INVESTE + AEROPORTOS VAI ATÉ O DIA 21

Programa do Ministério de Portos e Aeroportos busca flexibilizar uso dos sítios aeroportuários em terminais concedidos à iniciativa privada

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Ministério de Portos e Aeroportos prorrogou até o próximo dia 21 o prazo para envio de contribuições à consulta pública sobre o programa Investe+Aeroportos. As sugestões podem ser encaminhadas por meio da plataforma Participa Mais Brasil (www.gov.br/participamaisbrasil)

A iniciativa tem como objetivo ampliar a geração de receitas nos aeroportos concedidos à iniciativa privada, por meio da flexibilização da Portaria nº 93/2020, do antigo Ministério da Infraestrutura. A proposta é incentivar o uso dos sítios aeroportuários para atividades além do transporte de passageiros, permitindo a instalação de empreendimentos comerciais de diversos setores.

Entre os projetos possíveis, o programa prevê a criação de centros de convenções, terminais logísticos, hotéis, complexos hospitalares, instituições de ensino e outras estruturas voltadas ao desenvolvimento do entorno aeroportuário.

A consulta pública é aberta a operadores aeroportuários empreendedores, associações, entidades ligadas à aviação civil e à sociedade em geral. Segundo o ministério, o objetivo é incorporar sugestões que contribuam para o aprimoramento da proposta e para o uso mais eficiente da infraestrutura dos aeroportos brasileiros.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2025

NACIONAL - ANTAQ ADIA EDIÇÃO DE 2025 DO PRÊMIO ANUAL PARA FEVEREIRO DE 2026

Agência atribui medida ao cenário de restrição orçamentária e diz que poderá reavaliar a data caso haja mudança no contexto financeiro

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) anunciou na segunda-feira (14) que o Prêmio Antaq 2025 será realizado em fevereiro de 2026. Em nota, a autarquia afirmou que a

mudança na data ocorre em razão das restrições orçamentárias vigentes que afetam o planejamento para o exercício atual.

Segundo a Antaq, a decisão foi tomada para preservar a qualidade e a integridade da premiação, evitando comprometer outras atividades previstas para 2025. A agência ressalta que essa é uma medida excepcional, adotada em função do atual cenário financeiro. Caso haja mudança nesse contexto, a Antaq poderá reavaliar a programação e, se possível, retomar o calendário tradicional da premiação.

O edital com as regras de participação será divulgado “em breve”, e as informações sobre as categorias, etapas e nova programação “também serão amplamente divulgadas nos canais oficiais da agência”.

Na nota, a Antaq reforça que, mesmo com o novo calendário, todas as fases do prêmio serão conduzidas “com o mesmo rigor técnico e institucional que consolidaram sua credibilidade ao longo dos anos”. E que a premiação “mantém seu compromisso com a valorização da excelência, da inovação e das boas práticas ESG, reconhecendo iniciativas que contribuem para um transporte aquaviário mais eficiente, sustentável e responsável no Brasil”

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 15/07/2025

REGIÃO SUDESTE - PROJETO SANTOS + VIVO TRARÁ BENEFÍCIOS PARA O PORTO DE SANTOS, DIZ TRANSBRASA

Empreendimento que prevê um terminal de cruzeiros precisa vencer burocracias para iniciar obras

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebene.com.br



Serão instalados no porto berços de atracação para navios de cruzeiro, terminal de passageiros, marina, centro de convenções, hotel, shopping center e prédio com escritórios

O Grupo Transbrasa apresentou na segunda-feira (14) detalhes a respeito do projeto Santos + Vivo, futuro empreendimento turístico e marítimo que inclui o segundo terminal de cruzeiros do Porto de Santos (SP). Segundo o vice-presidente e CEO da Transbrasa, Bayard

Umbuzeiro Neto, o projeto prevê benefícios para o Porto de Santos em termos operacionais e também o fomento turístico.

O projeto, sob o formato de um IPTur (Instalação Portuária de Turismo), teve sua adesão autorizada pelo Ministério de Portos e Aeroportos na semana passada, em Brasília (DF). Antes disso, em 2024, o Santos + Vivo foi aprovado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

O Santos + Vivo prevê a construção de um waterfront (à beira-mar) que se estenderá em paralelo ao canal de navegação do Porto de Santos, como se fosse uma ilha artificial a ser implantada no bairro da Ponta da Praia.

Em toda a estrutura serão instalados três berços de atracação para navios de cruzeiros, o terminal de passageiros, uma marina, um centro de convenções, um hotel, um shopping center e um prédio com escritórios. Os investimentos privados são da ordem de R\$ 1,2 bilhão.

Bayard afirmou que o projeto chega para ajudar no desenvolvimento do Porto de Santos em garantir mais berços para a atracação de cruzeiros, sem prejudicar as operações de carga do complexo marítimo.

“Uma vez que, com mais pontos de atracação de passageiros, a infraestrutura existente para movimentação de granéis sólidos e fertilizantes deixa de ser usada para os passageiros, e passarem a ser usadas efetivamente por navios de cargas”, afirmou.

O terminal de passageiros será o segundo do Porto de Santos, junto ao Concais, localizado no bairro Outeirinhos. O projeto do Governo Federal é que o terminal seja transferido para o Valongo, na região Central de Santos, com melhorias na infraestrutura e no receptivo dos turistas.

O CEO da Transbrasa afirmou ser favorável ao projeto e que o futuro terminal do empreendimento vem para completar a alta demanda do segmento de cruzeiros no litoral de São Paulo.

Conforme apresentado na segunda-feira, em um estudo encomendado pela Fundação Getúlio Vargas, a projeção para os próximos dez anos é que o número de cruzeiristas por ano no Porto de Santos vai superar os 3 milhões. Na temporada 2023/2024, o Concais atingiu a marca de pouco mais de 1 milhão de passageiros.

“Em primeiro lugar, é importante salientar a coexistência de que dois terminais de passageiros são uma necessidade. Nós torcemos para que o Governo Federal agilize logo as decisões relacionadas à transferência do Concais para o Valongo. É um projeto fantástico e temos que apoiar. No entanto, as demandas futuras projetam três milhões de passageiros para daqui a dez anos”, completou.

Outras melhorias, de acordo com a empresa, têm a ver com a abertura de vagas de emprego, que podem chegar a pouco mais de sete mil postos. Além disso, favorece o aprofundamento do canal de acesso ao Porto de Santos para 17 metros, um dos projetos liderados pelo Ministério de Portos e da Autoridade Portuária de Santos (APS), a partir de uma concessão.

Burocracia

Após a assinatura do contrato de adesão, o futuro empreendimento precisará de outros processos burocráticos para sua construção, sendo eles: autorização da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), por tratar-se de uma área federal; da Marinha do Brasil, em razão do canal de navegação que dá acesso ao Porto de Santos; da Prefeitura de Santos, além dos licenciamentos ambientais.



Bayard afirmou que o projeto chega para ajudar no desenvolvimento do Porto de Santos em garantir mais berços para a atracação de cruzeiros, sem prejudicar as operações de carga

O executivo da Transbrasa afirmou que a parte burocrática segue sendo um impasse no país, mas reiterou que a empresa seguirá

todos os ritos necessários, incluindo de abrir diálogos com a Prefeitura de Santos, visando atender as demandas do município.

“Realmente, aqui no Brasil a gente tem uma burocracia bastante grande a ser seguida. São diversos órgãos reguladores, licenciadores, e a gente segue ipsis litteris. Cumprimos uma primeira etapa. Estamos em tratativas com a Marinha, com SPU, e queremos iniciar as conversas o mais rápido possível com a municipalidade, justamente para somar esforços e que o equipamento possa atender às demandas futuras e também aos interesses da cidade”, explicou Bayard.

Conforme a expectativa e cronograma inicial da Transbrasa, a parte de licenciamentos e autorizações devem levar até dois anos e meio. A obra completa deverá levar em torno de dez anos”, completou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2025

REGIÃO SUL - PORTONAVE INICIA NOVO PLANO DE RECUPERAÇÃO DA RESTINGA EM NAVEGANTES

Com investimento de R\$ 504 mil, ação do terminal portuário catarinense prevê plano de 6,5 mil mudas nativas e recuperação de 38 mil m² em quatro trechos da praia

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Além do plano de 6,5 mil mudas nativas, o plano de recuperação iniciado pela Portonave prevê o controle de espécies exóticas invasoras – plantas que não são naturais da restinga

A Portonave, terminal portuário privado de Navegantes (SC) deu início um Plano de Recuperação de Área de Preservação Permanente Degradada (PRAD) da restinga das praias do município. Neste

novo projeto, serão recuperados quatro trechos prioritários. A área total a ser restaurada é de 38.400 m². Foram considerados os pontos mais vulneráveis no bairro Meia Praia, onde em alguns pontos a restinga apresenta baixa densidade de vegetação arbustiva e herbácea, com maior exposição das dunas, presença de espécies exóticas invasoras e alto impacto das atividades humanas, como o descarte de resíduos.

“DESDE ABRIL, ESTAMOS COLETANDO SEMENTES E ESTOLÕES NAS DUNAS DA ORLA DA PRAIA DE NAVEGANTES E EM PRAIAS VIZINHAS, E DESENVOLVENDO, COM TODO CUIDADO E TÉCNICA, AS MUDAS QUE SERÃO REPLANTADAS”

DÉBORA LUGLI-BERNARDES
responsável técnica do PRAD

As áreas a serem recuperadas foram indicadas pelo Instituto Ambiental de Navegantes (IAN), consistindo em aproximadamente 1.400 m², próximo ao Ribeirão das Pedras; 20.000 m² entre as entradas 52 e 58 da praia; 11.600 m² entre os acessos 39 e 41; e 5.400 m² entre as entradas 34 e 36.

Além do plano de 6,5 mil mudas nativas, o PRAD prevê o controle de espécies exóticas invasoras – plantas que não são naturais da restinga – e que impedem o desenvolvimento das plantas nativas, além de reduzir a diversidade biológica do ecossistema. Nas áreas que serão recuperadas, as espécies exóticas invasoras já foram identificadas – 27 exemplares – e demarcadas para remoção por equipe técnica capacitada.

As áreas em recuperação serão protegidas com a instalação de cercas de contenção. O plano também contempla atividades de prevenção e controle do acesso de animais domésticos, adoção de medidas para conservação e atração de animais nativos dispersores de sementes, bem como a manutenção e monitoramento das áreas recuperadas por um período de três anos.

A preservação da restinga é de extrema importância devido ao papel que esse ecossistema tem na proteção da praia, principalmente pela fixação das dunas, que impedem o avanço do mar. Além disso, a vegetação também é essencial para a manutenção e equilíbrio da biodiversidade, uma vez

que serve de abrigo de diversas espécies da fauna. Esse já é o segundo investimento que o Terminal Portuário realiza com o objetivo de restaurar o ecossistema costeiro em pontos em que se encontra degradado.

Etapas

A proposta do projeto teve início em 2022, com o envio das ações a serem executadas ao Instituto do Meio Ambiente (IMA). Em 2024, o órgão estadual aprovou a execução da compensação no formato proposto. A partir da aprovação iniciou-se o processo de contratação da empresa executora do PRAD, a Acquaplan Tecnologia e Consultoria Ambiental. O trabalho teve início em fevereiro, com a elaboração do plano e alinhamento junto ao IAN.

Como explica a responsável técnica do PRAD, professora e mestre em Oceanografia, Débora Lugli-Bernardes, o trabalho nos pontos determinados consiste em restaurar a cobertura vegetal da restinga. As mudas necessárias para o replantio são de espécies picas desse ecossistema, e não há produtores dessa vegetação na região. “Desde abril, estamos coletando sementes e estolões (planta específica da restinga) nas dunas da orla da praia de Navegantes e em praias vizinhas, e desenvolvendo, com todo cuidado e técnica, as mudas que serão replantadas”, complementa. Segundo a professora Débora, o objetivo é recuperar os processos ecológicos das áreas, monitorar a regeneração por meio de indicadores ambientais e avaliar a efetividade das ações de recuperação.

Neste mês, serão instaladas placas, com informações técnicas e legais do processo, nas passarelas e acessos das quatro áreas a serem recuperadas. Na sequência, serão iniciadas as demais atividades previstas para o projeto, como a remoção da vegetação exótica, plano das espécies nativas e a instalação das cercas de proteção. O acompanhamento e a manutenção desse novo PRAD serão realizados por três anos pela Acquaplan. Quando concluído, o monitoramento da área seguirá sendo realizado pelos órgãos ambientais competentes.

Compensação ambiental

O PRAD atual é uma medida de compensação ambiental pela obra de adequação do cais da Portonave, iniciada em 2024. Cerca de R\$ 504 mil serão destinados para a iniciativa pela empresa. Em 2016, como medida compensatória pelas obras de ampliação do pátio, a companhia desenvolveu o projeto “Nossa Praia” que, na época, além da recuperação da vegetação nativa, também revitalizou a orla da Praia de Navegantes com a construção de deques e passarelas ao longo de 10 km. Esse primeiro PRAD previa a manutenção e monitoramento da área por cinco anos. Concluído esse período, a área recuperada voltou a ser de responsabilidade dos órgãos ambientais competentes.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2025

BRASIL EXPORT - VISITA TÉCNICA AO PUERTO UNIÓN ABRE MERCOSUL EXPORT 2025 EM ASSUNÇÃO

Principal porto do Paraguai é destaque na programação do fórum que reúne líderes e especialistas para debater integração logística na América do Sul

Da Redação redacao.jornal@redebenevents.com.br



Localizado no bairro Zeballos Cué, às margens do rio Paraguai, o Puerto Unión é especializado na movimentação de grãos, sobretudo soja, farelos, pellets e óleo vegetal

Uma visita técnica ao Puerto Unión, principal terminal portuário do Paraguai, marcará a abertura do Mercosul Export 2025, que será realizado nos próximos dias 17 e 18 (quinta e sexta-feira), na capital do país, Assunção. O complexo,

operado por uma joint venture entre a Cargill Cayman e a empresa local Puerto Zeballos, será o primeiro destino da programação oficial do fórum, que reúne autoridades públicas, empresários, especialistas e representantes de instituições dos países do bloco para discutir infraestrutura logística, comércio regional e integração sul-americana. O evento é promovido pelo Grupo Brasil Export.

A visita está prevista para as 9 horas do dia 17, com saída do transporte oficial às 8h30, a partir do Gran Bourbon Hotel Asunción, sede do evento. O retorno está marcado para as 11 horas. Localizado no bairro Zeballos Cué, às margens do rio Paraguai, o Puerto Unión tem papel estratégico na cadeia logística do agronegócio paraguaio, conectando a produção agrícola ao sistema hidroviário da Bacia do Prata.

O terminal é especializado na movimentação de grãos, sobretudo soja, farelos, pellets e óleo vegetal. A estrutura inclui cais avançado sobre o rio, silos com controle de temperatura e umidade, sistemas de secagem, pesagem informatizada e lacração de barcas com selos de segurança, procedimento que garante a integridade da carga até o destino final.

Com capacidade para receber até 12 mil toneladas de cargas em 24 horas e embarcar cerca de 25 mil toneladas em pouco mais de dois dias, o porto tem operações apoiadas por dois estacionamentos: um externo, em Mariano Roque Alonso, com capacidade para 400 caminhões, e outro interno, para até 60 veículos.

Além da eficiência operacional, o Puerto Unión busca se consolidar como plataforma multimodal de serviços logísticos e industriais. Projetos em desenvolvimento incluem novas unidades de beneficiamento e maior integração com a malha rodoviária regional. Sua localização no km 1.639 da margem direita do rio Paraguai permite conexão com rotas fluviais e terrestres estratégicas para o escoamento de cargas.

Após a visita, a programação do Mercosul Export seguirá com painéis temáticos, rodadas de negócios e encontros bilaterais no Gran Bourbon Hotel Asunción. O evento contará com transmissão ao vivo e gratuita pelo canal da TV BE News, no Youtube (@tv_benews).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2025

OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - SIGILO EM ARRENDAMENTOS PORTUÁRIOS, CONCESSÕES E PPPS



FREDERICO BUSSINGER

Consultor, engenheiro e economista. Ex-diretor da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), ex-presidente da Docas de São Sebastião e ex-secetário-executivo do Ministério dos Transportes

opinião@redebenews.com.br

“Publicidade” é um dos cinco princípios da administração pública, estabelecidos no Art. 37 da Constituição Federal brasileira. Os outros, também explícitos no caput do art. 37, são: legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência. O termo aparece seis vezes na Carta Magna. Expressão afim, “transparência”, ocorre quatro vezes.

O enunciado genérico é detalhado já no § 1º, do próprio art. 37, que estatui: “A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos”. Já o Inciso LX de um dos pilares constitucionais, o Art. 5º (direitos e garantias fundamentais), estabelece objetivos e limites de tal princípio: “a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem”. Frise-se o “só”!



Ou seja, a regra geral é (ou deveria ser) a divulgação; já o sigilo a exceção; certo? Todavia...

A divulgação “apenas” de extratos de documentos, e bem assim, muitas vezes de forma codificada, sem sumário de objeto ou palavras-chaves, parece pelear contra tal entendimento. Poder-se-ia até argumentar que, na versão impressa dos diários oficiais, não haveria espaço e/ou não seria racional a publicação de longos textos: OK. Mas e na era digital? Qual a limitação?

Sim, administrativamente muitas vezes é possível obter documentos e informações. Mas, no mínimo, há que se identificar: tudo bem. Mas por que ter-se que responder “com que objetivo”? Essa mera pergunta, frequente e registrável, com potencial condicionante, também não confrontaria aquela exegese?

Há, ainda, zona cinzenta em relação ao objeto da “obrigação” de se divulgar para fins “informativos, educativos ou de orientação social”: apenas interpretações/narrativas (como “o maior...”, “mais que em anteriores”)? Estas muito usuais nessa era das redes sociais, e bem a molde da maior parte dos executivos públicos e/ou parlamentares.

Ou a “obrigação” abrangeria também informações (correlacionando dados)? Ou mesmo dados primários? Ademais, por moto próprio ou só por solicitação? Tão logo os dados/informações estejam disponíveis, ou só em determinados estágios do processo (o usual é quando a decisão está tomada)?

No caso específico dos planos (e, mesmo, dos projetos), caberia discutir, ainda, o estágio do processo decisório para publicidade/divulgação e participação: apenas quando estiver concluído, ou já quando as diretrizes e bases estratégicas forem cogitadas? Apenas de uma vez, ou por etapas?

Muito dessas práticas são justificadas como interpretações de leis que tratam de temas correlatos. P.ex: “Regime Jurídico da Administração Federal” (Lei nº 8.112/1990) e “Lei de Acesso à Informação” (Lei nº 12.527/2011), regulamentada pelo Decreto nº 7.724/2012.

Ante os ditames constitucionais, faz sentido uma análise/comentário de “contribuição” de consulta/audiência pública ser mantida em sigilo? O vídeo/áudio de uma sessão, pública, de tribunal ou agência não ser automática e permanentemente disponibilizado pela internet? Os fundamentos, os argumentos/contra-argumentos, o processo decisório é, no mínimo, tão importante quanto a decisão tomada, em si: ou não?

Se, além de serem conduzidos pela administração pública (sujeita aos princípios condicionais), o próprio processo é público, qual o sentido de ter-se informações sequer “reservadas” (“secretas” ou, “ultrasecretas”, pior ainda!). Aliás, a aplicação de cada uma dessas categorias, pelo que se noticia, está sendo paulatinamente ampliado.

Valeria, ainda, refletir-se sobre a individualidade/autonomia de cada princípio. Ou, da necessidade/imperiosidade de sua aplicação conjunta. P.ex; moralidade e eficiência; publicidade e participação (esta, citada 6 vezes na CF).

Em contraposição, tornou-se usual os “market sounding” nos processos de estruturação de projetos para arrendamentos, concessões e PPPs: geralmente reuniões individualizadas, com interessados, sem registros publicamente divulgados. Sem entrar no mérito da importância desse instrumento para a tal modelagem, acaso confrontariam o princípio constitucional.

Uma regulamentação específica, e conjunta do tema, certamente muito contribuiria, seja para as boas práticas de transparência e participação, seja para a consecução dos objetivos constitucionais.

BAHIA ECONÔMICA - BA

PRODUÇÃO DE PETRÓLEO DA UNIÃO SOBE 13,2% E ALCANÇA 128 MIL BARRIS POR DIA EM MAIO

Por Bruna Carvalho - 15/07/2025 15:00



Foto: Divulgação/Petrobras

A União teve direito a uma média de 128 mil barris de petróleo por dia (bpd) em maio, somando os volumes da produção nos contratos de partilha de produção – CPPs (117 mil bpd) e dos acordos de individualização da produção – AIPs (11 mil bpd). O resultado representa um aumento de 13,2% em relação ao mês anterior, influenciado principalmente pela elevação da produção no Campo de Itapu. Os dados fazem parte do Boletim Mensal da Produção divulgado nesta terça-feira

(15) pela PPSA – Pré-Sal Petróleo S.A.

A produção total dos campos em regime de partilha de produção chegou a 1,25 milhão de barris de petróleo por dia. Desse montante, a União teve direito a uma parcela de 117 mil bpd, com destaque para Mero, responsável por 81% da parcela da União no mês. Desde 2017, início da série histórica, a produção acumulada dos contratos de partilha de produção soma 1,21 bilhão de barris, sendo 80,28 milhões de barris relativos à fatia da União.

A exportação de gás natural nos contratos de partilha foi de 4,94 milhões de m³ por dia, com 99,4 mil m³/dia destinados à União. O campo de Búzios foi responsável por 95% do total exportado no mês.

Acordos de Individualização da Produção

Nos AIPs, a parcela de óleo da União se manteve estável acima de 11 mil bpd, com destaque para o campo de Mero, responsável por 87% do volume. Desde 2017, a produção acumulada de petróleo da União nos AIPs é de 7,89 milhões de barris.

No gás natural, a União teve direito a 6 mil m³/dia, provenientes exclusivamente do AIP de Tupi. O volume acumulado da parcela da União chega a 82 milhões de m³.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 15/07/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

REUNIÃO NO STF TERMINA SEM ACORDO ENTRE GOVERNO E CONGRESSO SOBRE IOF. MORAES VAI DECIDIR SOBRE VALIDADE DE DECRETOS

Representantes de Executivo e Legislativo rejeitaram concessões e disseram que preferem esperar decisão judicial após crise entre Poderes

Por **Thaís Barcellos e Daniel Gullino** — Brasília



Decisão do ministro Alexandre de Moraes, do STF, invalidou decreto presidencial que aumenta o IOF e decreto legislativo — Foto: Montagem

A audiência de conciliação no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o decreto que elevou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) terminou sem um acordo entre o governo federal e o Congresso. Os representantes das duas partes disseram que preferem esperar a decisão judicial sobre o assunto.

A audiência foi marcada pelo ministro Alexandre de Moraes, relator das quatro ações sobre o tema na Corte, após a suspensão cautelar tanto do decreto original do governo quanto do projeto do Legislativo que anulava seus efeitos. O assunto ainda será analisado no plenário do STF.

"Após as manifestações o Ministro Relator indagou se seriam possíveis concessões recíprocas que pudessem resultar na conciliação. Os presentes disseram que, apesar da importância do diálogo e da iniciativa dessa audiência, preferiam aguardar a decisão judicial", disse Moraes, conforme a ata da reunião.

O documento ainda diz que a advogada-geral do Senado, Gabrielle Tatith Pereira, solicitou um maior prazo para continuidade das negociações, mantida a decisão liminar de Moraes. Mas o advogado-geral da União, Jorge Messias, e o representante do Psol, o advogado Raphael Sodré Cittadino, entenderam que a decisão judicial seria o melhor caminho para "dirimir o conflito", dada a suspensão do decreto.

Também compareceram à audiência os representantes jurídicos do PL e da Câmara, assim como membros da Procuradoria-Geral da República. O PL e o PSOL têm ações sobre o tema na corte. O primeiro contesta a constitucionalidade do decreto do Executivo, enquanto a sigla socialista questiona o decreto do Legislativo que derrubou a medida do governo. Os representantes de ambos os partidos defenderam suas ações na audiência de conciliação.

Além disso, o governo entrou com uma ação no STF para garantir a constitucionalidade do decreto, enquanto os advogados do Congresso Nacional solicitaram que o STF reconheça a validade do decreto legislativo que derrubou o aumento do IOF.

Em publicação em suas redes sociais, Messias afirmou que reiterou, na audiência de conciliação, os termos da petição inicial apresentada pelo Executivo e solicitou a "imediata" restauração da "vigência plena" do decreto que elevou o IOF. Segundo o ministro, a "medida é de fundamental importância para que o princípio da separação de poderes seja restabelecido".

O titular da AGU ainda ressaltou que o último decreto do IOF editado pela gestão de Luiz Inácio Lula da Silva foi fruto de "amplo diálogo liderado pelo Ministro da Fazenda, com a participação de lideranças políticas e representantes de diversos setores econômicos" e que a derrubada da medida pelo Legislativo em "desconformidade" com a Constituição. Messias ainda exaltou a iniciativa de Moraes de adotar a via conciliatória e

"Por fim, o Advogado-Geral da União enfatizou a importância desta decisão para o retorno da plena harmonia institucional e reafirmou que o Poder Executivo permanece sempre aberto a um diálogo franco, leal e construtivo, seja no Ministério da Fazenda ou no Palácio do Planalto com todos os setores da sociedade em benefício do Brasil", disse, na nota.

Crise entre Poderes

A crise aberta entre os Poderes começou com a edição de um decreto pelo governo, em maio, que elevava o IOF sobre diversas operações, gerando cerca de R\$ 20 bilhões em receitas este ano e R\$

40 bilhões no próximo. A medida gerou forte reação nos mercados e no Congresso, que, mesmo após negociar recuos com o Executivo, resolveu sustar os efeitos da medida por meio da aprovação de um decreto legislativo.

Na última versão, o decreto previa uma arrecadação de R\$ 12 bilhões este ano e de R\$ 31,3 bilhões em 2026, receita considerada fundamental para alcançar as metas fiscais, especialmente no ano que vem, em que o governo tem de alcançar um resultado superavitário. Neste ano, R\$ 31,3 bilhões do orçamento já estão congelados. Se não houver solução favorável ao governo no STF sobre o IOF, é provável que essa contenção aumente no relatório de atualização do Orçamento na semana que vem.

Em sua decisão liminar, Moraes pontuou que o decreto presidencial que modifica a alíquota do IOF está dentro do "campo discricionário do Presidente da República, desde que se atenha às limitações advindas da legislação infraconstitucional".

Por outro lado, o ministro do STF ponderou que havendo dúvida sobre o objetivo da edição do decreto, é importante analisar se houve ou não desvio de finalidade. A discussão é se a medida se deu por motivação regulatória ou arrecadatária do governo.

Desde a decisão liminar de Moraes, representantes do Executivo defenderam a manutenção da integralidade do decreto sob o argumento que a motivação das mudanças é regulatória, conforme mandam as regras referentes ao IOF, embora também tenha uma consequência fiscal. Há a percepção, porém, dentro do governo, que a tributação sobre as operações de risco sacado pode não prosperar.

O risco sacado é uma espécie de antecipação de pagamento de empresas aos fornecedores intermediada pelos bancos, mediante cobrança de taxas. Antes do decreto do governo, não incidia IOF sobre a transação porque não era considerada, para esses fins, uma operação de crédito. O ato de Lula determinou que essa era uma operação de crédito, que, portanto, deveria ser cobrada como tal.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 15/07/2025

TARIFAÇÃO DE 50% DE TRUMP TERÁ IMPACTO SEMELHANTE AO DA COVID PARA A EMBRAER, DIZ CEO

Francisco Gomes Neto explicou que custo adicional para a empresa será de R\$ 20 bilhões até 2030
Por João Sorima Neto — São Paulo



Francisco Gomes Neto, CEO da Embraer: impacto do tarifaço será semelhante ao da Covid para a empresa — Foto: Divulgação

O presidente da Embraer, Francisco Gomes Neto, disse nesta terça-feira que se vingar a tarifa de 50% que o presidente Donald Trump quer impor a produtos brasileiros importados pelos EUA, a Embraer terá um impacto da mesma magnitude que a epidemia de Covid causou à empresa. Na época, a Embraer perdeu 30% da receita e teve que reduzir o quadro de funcionários em 20%.

— Se essa tarifa for para a frente estimamos um impacto para a empresa semelhante ao da Covid — disse Gomes Neto durante uma entrevista coletiva on-line após participar de reunião com ministros, empresários e representantes de diversos setores em Brasília para discutir medidas contra o tarifaço.



Segundo ele, uma tarifa de 50% um 'embargo', especialmente para aviões, um produto de alto valor agregado.

Nesse cenário, a Embraer projeta cancelamento de encomendas e desistência de novos negócios de clientes, sem que seja possível remanejar as encomendas para outros países. Até agora, não houve nenhum cancelamento ou pedido de adiamento, disse Gomes Neto.

Ele afirmou ainda que o mercado americano é o mais importante para a empresa, que está há 45 anos naquele país e tem uma unidade com 3 mil funcionários, além de US\$ 3 bilhões em ativos. Os EUA representam 45% de mercado de seus jatos comerciais e 70% dos jatos executivos.

Se a tarifa de 50% vingar, disse o presidente da Embraer, até 2030 a empresa terá um custo de adicional de R\$ 20 bilhões, considerando todas as encomendas já feitas, já que o gasto para fabricações do aviões subirá em R\$ 50 milhões por unidade, o que reduz a competitividade dos aviões nacionais no mercado americano. Para ele, o cenário de alíquota zero é fundamental para a fabricante de aviões.

— Estamos muito confiantes que o governo federal vai buscar uma solução para o problema. Acreditamos que a alíquota pode ser revertida com negociação e já vínhamos negociando com os EUA para tentar reduzir a alíquota de 10% (alíquota mínima que tinha sido imposta ao Brasil anteriormente por Trump). Com uma alíquota de 50% as vendas, as vendas do jato E 1, por exemplo, ficam inviabilizadas — disse Gomes Neto, enfatizando que neste momento a questão econômica se sobrepõe à questão política. Ele acredita que com as negociações seja possível reverter para a alíquota zero.

Por enquanto, a empresa não reduziu a produção. Mas se de fato a alíquota de 50% for imposta, e houver cancelamento de encomendas, esse cenário vai afetar empregos e fornecedores tanto nos EUA quanto no Brasil. Ele disse que os contratos não preveem multas, já que as vendas vinham sendo feitas com alíquota zero desde 1979.

Compras de US\$ 21 bilhões

No caso da Embraer, ele explicou que até 2030 existe um potencial de compra de US\$ 21 bilhões em equipamentos de fornecedores dos EUA, que vão compor os aviões que serão exportados para todo o mundo.

E as companhias compradoras fecham contratos de serviços com esses fornecedores, ampliando o potencial de negócios para os americanos. Esse é um dos argumentos que a empresa já vinha utilizando para tentar reverter a alíquota de 10%.

Gomes Neto citou a reversão da alíquota de 10% obtida pelo Reino Unido frente aos EUA, observando que houve concessões de ambos os lados nas negociações.

— Trata-se de uma relação ganha. Se produzirmos menos, compramos menos motores, menos válvulas. Isso afeta toda a cadeia de fornecedores americana — explicou.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 15/07/2025

REAÇÃO À TARIFA AMERICANA EXIGE DIÁLOGO SEM POLITIZAÇÃO, DEFESA DA ECONOMIA BRASILEIRA ACIMA DE IDEOLOGIAS

Por Míriam Leitão

Não houve uma guerra de reuniões para tratar das tarifas impostas pelo governo, houve uma reunião importante, a que aconteceu em Brasília, sob o comando do vice-presidente, Geraldo Alckmin, até pela representatividade de todos os setores que participaram e a capacidade de negociar pelo Brasil que só o governo federal tem. Os governos estaduais podem ser um colaborador ou abrir uma dissidência, como fez o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, que não tem razão de ser e

que não levará a lugar nenhum. O que vimos no episódio desta terça-feira foi um governador querendo pegar algumas atribuições do governo federal, após ter advogado contra seu estado, quando ele deveria estar se somando ao governo federal.



Coletiva de Imprensa do vice-presidente Geraldo Alckmin e empresários dos setores atingidos pela taxação de Donald Trump ao Brasil — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

Não houve uma guerra de reuniões para tratar das tarifas impostas pelo governo, houve uma reunião importante, a que aconteceu em Brasília, sob o comando do vice-presidente, Geraldo Alckmin, até pela representatividade de todos os setores que participaram e a capacidade de negociar pelo Brasil que só o governo federal tem. Os governos estaduais

podem ser um colaborador ou abrir uma dissidência, como fez o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, que não tem razão de ser e que não levará a lugar nenhum. O que vimos no episódio desta terça-feira foi um governador querendo pegar algumas atribuições do governo federal, após ter advogado contra seu estado, quando ele deveria estar se somando ao governo federal.

A elevação para 50% das tarifas de importação americana é um problema do Brasil inteiro. São Paulo é parte do Brasil, portanto, não faz sentido nenhuma divisão. A defesa do Brasil deve estar acima de qualquer ideologia, mas Tarcísio tem conduzido a sua reação de forma muito política, quando devia olhar apenas os interesses da economia, sem rivalizar com o governo federal, pensando em 2026.

Ao fim da reunião desta manhã, os presidentes de CNI e Fiesp reforçaram seu apoio e confiança a condução das negociações pelo governo federal. Os empresários gostariam que o governo pleiteasse um adiamento por 90 dias para a implementação das tarifas. Alckmin afirmou, no entanto, que a busca é de uma solução rápida e o pedido de postergação para esse cataclismo que representa a tarifa de 50% imposta pelos EUA ainda não está na mesa.

O governo está usando a estratégia correta ao ouvir os setores e identificar as dificuldades de cada um, de que forma serão atingidos para taxação para melhor dimensionar o impacto da nova taxação. A busca de apoio no exterior, junto a empresários americanos, também é acertada. Afinal, não são apenas os exportadores brasileiros que perdem, mas também os empresários americanos, seus clientes. As cadeias são complementares. O Brasil importa o carvão siderúrgico, exporta a chapa de aço semiacabada para a produção de veículos nos Estados Unidos. Por tudo isso, é correto ver os empresários americanos como os possíveis grandes aliados na negociação com Donald Trump, como já aconteceu em outros momentos, em que a pressão interna fez o presidente americano recuar.

Não se pode desprezar estratégia alguma, a Justiça americana, ação na Organização Mundial do Comércio, diálogo com outros países afetados pelo tarifaço americano, saber como se estruturam para esse embate. A ordem é construir aliados, sem outros países ou empresários americanos.

A única arma que, certamente, só deve ser usada em último caso é a recém-regulamentada Lei da Reciprocidade. Isso porque, aumentar tarifas de bens de consumo americanos significaria importar a inflação. A nova legislação precisará ser usada com parcimônia e inteligência para que seja capaz de pressionar a negociação com baixos danos para os brasileiros.

Enfim, objetivamente é preciso buscar o diálogo, esquecendo toda a parte política, entendendo que o importante é proteger a economia brasileira, as empresas, os empregos, os impostos que serão gerados com atividade econômica da economia. Esse deve ser o objetivo principal das lideranças.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 15/07/2025

ORIGEM ENERGIA TEM AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA PROJETO DE ESTOCAGEM DE GÁS EM ALAGOAS DE US\$ 200 MILHÕES

Anúncio foi feito durante evento Energia 360 Alagoas: Caminhos para a Segurança Energética. Empresa pretende investir outros US\$ 500 milhões em termelétricas no estado



Symone Araújo, da ANP, fala sobre a importância do projeto — Foto: Divulgação/Origem Energia

A Origem Energia recebeu nesta terça-feira licença ambiental prévia, concedida pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA) de Alagoas, para seu projeto pioneiro de Estocagem Subterrânea de Gás Natural (ESGN) no estado, que exigirá investimentos de US\$ 200 milhões (cerca de R\$ 1,1 bilhão).

O anúncio do licenciamento foi feito pelo presidente do IMA, Gustavo Lopes, durante o evento “Energia 360

Alagoas: Caminhos para a Segurança Energética”, realizado em Maceió. Além dos recursos destinados ao projeto de armazenagem de gás, a Origem pretende investir outros US\$ 500 milhões (cerca de R\$ 2,7 bi) em termelétricas no estado, totalizando US\$ 700 milhões a serem aplicados no estado até 2030.

“O objetivo é tornar Alagoas a grande bateria do sistema elétrico brasileiro”, disse o CEO da Origem Energia, Luiz Felipe Coutinho, na abertura do evento, que segue até a próxima quinta-feira.

A empresa ainda prevê a construção das primeiras termelétricas no estado, com capacidade de 500 MW, de acordo com resultado do Leilão de Reserva de Capacidade (LRCAP), previsto para os próximos meses.

“Esperamos que o estado seja vencedor desse leilão e que possamos trazer este investimento para a população alagoana”, completou Coutinho.

Segundo ele, nos últimos quatro anos, a empresa de soluções energéticas integradas e infraestrutura, tem feito investimentos recorrentes, em torno de US\$ 120 milhões por ano, na revitalização da atividade de exploração e produção de petróleo e gás no estado.

O Secretário-Executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro, presente ao evento, disse que o projeto de armazenamento subterrâneo de gás é inovador e tem capacidade de atrair indústrias e empregos para o estado.

“Esse projeto de estocagem em Alagoas vai virar referência no país e tem condições de abrir um novo ciclo de investimentos no estado, atraindo indústrias e qualificando a mão-de-obra. A estocagem é comum na Europa e nos Estados Unidos e a Alagoas vai despontar como um mercado novo, oferecendo segurança energética ao país”, afirmou.

Já a diretora da ANP Symone Araújo destacou que, embora a agência ainda não tenha regulação para o tema, ela atua para se antecipar no seu processo regulatório em atividades tão importantes, que darão longevidade ao gás natural, gerando investimentos em emprego e renda, e, consequentemente, beneficiando áreas como saúde e educação.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 15/07/2025

TARIFAÇÃO DE TRUMP: PRINCIPAL ENTIDADE DO AGRO DIZ QUE ECONOMIA BRASILEIRA ESTÁ 'À MARGEM DE UMA AGENDA POLÍTICA SEQUESTRADA'

CNA afirma que Brasil voltou às manchetes internacionais por suas 'crises políticas pessoais' internas

Por O Globo — Brasília



Plantação de laranja na fazenda Santa Tereza Pirassununga, interior de São Paulo — Foto: Edilson Dantas/Agência O Globo

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) divulgou uma nota, nesta terça-feira, em que afirma que economia brasileira está "à margem de uma agenda política sequestrada", após o presidente americano, Donald Trump, impor tarifa de 50% às exportações brasileiras, a partir de agosto. Trump cita, em carta enviada ao presidente

Lula na semana passada, processos judiciais contra o ex-presidente Jair Bolsonaro, conduzidos pelo Supremo Tribunal Federal.

"Enquanto o Brasil real tenta recuperar sua economia, atrair investimentos, abrir mercados e gerar empregos, a política nacional insiste em girar em torno de uma pauta estéril, paralisante, marcada por radicalismos ideológicos e antinacionais", afirma a CNA, principal entidade do agronegócio brasileiro.

Para a CNA, a presença dessa agenda como prioridade, inclusive nas relações internacionais, ficou ainda mais evidente com a carta do presidente Donald Trump.

"O Brasil, que deveria estar consolidando sua posição como fornecedor estratégico de alimentos, energia limpa e minerais críticos, volta às manchetes internacionais não por suas oportunidades, mas por suas 'crises políticas pessoais' internas", diz o texto.

A CNA afirma que o Brasil tem sido governado, direta ou indiretamente, "por uma obsessão com o passado".

"O Congresso Nacional, pressionado por suas bases políticas, perde tempo em disputas e manobras que têm pouco a ver com os interesses econômicos do país. O Judiciário, por seu turno, também tem sido envolvido em um protagonismo institucional que, embora muitas vezes necessário, alimenta uma instabilidade constante", diz o texto.

A CNA não poupa o governo Lula. Afirma que o Executivo, "em vez de assumir a liderança de uma agenda pragmática e pacificadora, optou por reabrir feridas políticas, reforçando antagonismos e muitas vezes tratando adversários como inimigos".

"O setor econômico assiste a tudo com preocupação. O Brasil precisa de foco. Precisamos de reformas estruturais que destravem o crescimento, de segurança jurídica, de um ambiente político que permita pensar no médio e longo prazo. Nenhum investidor aposta num país preso em disputas do passado", afirma o texto.

A confederação do agro diz que a economia não pode continuar sendo refém de narrativas políticas que alimentam extremos e paralisam decisões. "O Brasil precisa voltar a olhar para frente. E isso exige maturidade, de todos os lados. A política precisa corrigir essa grave crise".

Fonte: O Globo - RJ
Data: 15/07/2025

TARIFAÇÃO DE TRUMP JÁ AFETA FRIGORÍFICOS E 30 MIL TONELADAS DE CARNE ESTÃO EM PORTOS OU A CAMINHO DOS EUA, DIZ ASSOCIAÇÃO

Alckmin lidera encontro com representantes da cadeia produtiva; Executivo quer reforçar diálogo com os EUA e evitar perdas para exportações brasileiras

Por Bruna Lessa — Brasília



Geraldo Alckmin e Rui Costa participam de reunião com empresários sobre medidas contra tarifas de Trump ao Brasil — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

O governo federal reuniu nesta terça-feira representantes do agronegócio brasileiro para discutir os impactos das tarifas de 50% anunciadas pelo governo de Donald Trump sobre produtos exportados pelo Brasil. A reunião, liderada pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin,

integra a estratégia de construção de uma resposta conjunta entre Executivo e setor privado.

Após a conversa, Roberto Perosa, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), disse que os frigoríficos já estão parando as vendas para os EUA.

— Nossos frigoríficos já estão parando de produzir carne destinada aos Estados Unidos, haja vista a incerteza. Com essa taxa se torna inviável a exportação de carne bovina aos Estados Unidos, que é o nosso segundo maior comprador. Nós temos cerca de 30 mil toneladas produzidas, no porto ou nas águas, que é preocupação nossa de como isso se dará a partir de agosto. É em torno de US\$ 160 milhões. É uma preocupação adicional em uma cadeia que gera 7 milhões de empregos no Brasil — disse.

Perosa disse afirmou que apoia as negociações do governo federal e pediu o adiamento da taxa. O Brasil exporta para os EUA principalmente o que é usado como matéria-prima, como para fazer hambúrguer.

Além de Alckmin, participaram do encontro: Carlos Fávaro (Agricultura), Rui Costa (Casa Civil), Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos), André de Paula (Pesca e Aquicultura), Gleisi Hoffmann (Relações Institucionais), Maria Laura da Rocha (Relações Exteriores, como ministra substituta), além de secretários executivos, diplomatas e técnicos do Itamaraty.

Pelo setor privado, o encontro contou com representantes de grandes empresas e associações de exportadores, como grupo VIVA, LDC Juices, ABIC, ABIEC, Abrafrutas, ABIPESCA, JBS, CNC, CECAFÉ, MINERVA, BRF/Marfrig, CITRUS BR, Conselho Administrativo da Sucos BR e Fiergs.

O setor produtivo alertou para possíveis perdas caso a taxa entre em vigor nos termos anunciados. Exportadores temem cancelamento de contratos e retração da competitividade brasileira no mercado americano, um dos principais destinos dos produtos do agro nacional.

Mais setores afetados

Do setor de frutas, Guilherme Coelho, da Abrafrutas, relatou preocupação com a safra de manga, que começa em agosto e foi toda planejada para o mercado americano.

— Não podemos pegar essa manga e jogar na Europa. O preço vai desabar, não tem logística para isso. Não podemos colocar essa manga no Brasil, porque vai colapsar o mercado. É inviável mandar manga para os EUA, não tem condição de jogar fora e a safra está aí— disse.



Já Márcio Ferreira, presidente do Cecafé, destacou que 33% do café consumido nos EUA é brasileiro e que a tarifa seria "inflacionária para o em consumidor americano". Segundo ele, o Brasil gera US\$ 1 em exportação para cada US\$ 43 movimentados na cadeira do café dos EUA.

Os setores reforçaram a importância do diálogo e pediram bom senso, destacando a complementariedade entre as economias e o risco de desorganizar cadeias produtivas integradas.

A Abipescas emitiu uma nota após a reunião e pediu a exclusão dos pescados das tarifas americanas e alertou para os impactos.

“Sem exportação, as indústrias que empregam mais de 20 mil funcionários irão enfrentar sérias consequências que podem ensejar demissões em massa. O mercado europeu, que poderia ser uma alternativa, está fechado para o pescado brasileiro desde 2017”, diz um trecho da nota.

Diálogo com os EUA e possível retaliação

Segundo Alckmin, o governo trabalha para reverter a medida e deve buscar o diálogo com empresários e entidades americanas, além de explorar alternativas diplomáticas. A Lei da Reciprocidade Econômica, que permite impor tarifas equivalentes a produtos dos EUA, está sendo avaliada, mas o Planalto reforça que essa será uma última alternativa.

Na véspera, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou a criação de um comitê com empresários para acompanhar o caso e colaborar na construção de alternativas. A ideia é demonstrar o esforço coletivo e o compromisso com o comércio internacional justo.

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, afirmou que o governo brasileiro está empenhado em reverter o aumento das tarifas.

--- Nós vamos intensificar a busca de alternativas. Mas já no reconhecimento de que não é possível, em 10 ou 15 dias, dar destino a tudo isso que se produz no Brasil e é vendido para os Estados Unidos. O diálogo está aberto da parte brasileira, mas com respeito à soberania e com muita altivez - -- afirmou Fávaro.

Fávaro lembrou ainda que a alta produção agrícola do país exige canais estáveis de exportação.

Reação coordenada

A reunião com o agro foi a segunda do dia com o setor produtivo. Pela manhã, Alckmin já havia recebido representantes da indústria, que defenderam uma trégua de 90 dias para buscar solução diplomática com os EUA.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 15/07/2025

SAIBA O QUE OS EMPRESÁRIOS COBRARAM DO GOVERNO NA REUNIÃO SOBRE O TARIFAÇÃO DE 50% QUE TRUMP QUER IMPOR AO BRASIL

Para o empresariado, diplomacia e interesses econômicos devem se sobrepor a questões políticas

Por João Sorima Neto — São Paulo

Na reunião entre ministros, empresários e representantes do setor industrial em Brasília a principal proposta na mesa foi a de que a diplomacia brasileira deve tentar postergar por 90 dias e entrada em vigor da tarifa de 50% imposta por Donald Trump, se não for possível chegar a um acordo de redução até o dia 1º de agosto. Nenhum dos presentes defendeu que o Brasil use a lei de reciprocidade, por enquanto, para retaliar os americanos.

Além disso, a questão política (uma suposta perseguição ao ex-presidente Jair Bolsonaro pelo Judiciário), motivo alegado por Trump para o tarifação, nem chegou a ser comentada pelas autoridades e pelos presentes.



Geraldo Alckmin e Rui Costa participam de reunião com empresários sobre medidas contra tarifas de Trump ao Brasil — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

— Estamos muito confiantes que o governo federal vai buscar uma solução para o problema. Acreditamos que a alíquota pode ser revertida com negociação e já vínhamos negociando com os EUA para tentar reduzir a alíquota de 10% (alíquota mínima que tinha sido imposta ao Brasil anteriormente por Trump). Com uma alíquota de 50% as vendas, as vendas do jato E 1, por exemplo, ficam inviabilizadas — disse Francisco Gomes Neto, presidente da Embraer, numa coletiva on-line após participar da reunião com o vice-presidente Geraldo Alckmin e outros ministros em Brasília. Francisco Neto disse que neste momento a questão econômica se sobrepõe à questão política.

Analistas afirmam que a Embraer é uma das empresas mais afetadas pelo tarifaço. Se a tarifa de 50% vingar, disse o presidente da Embraer, até 2030 a empresa terá um custo de adicional de R\$ 20 bilhões, já que o gasto para fabricações dos aviões subirá em R\$ 50 milhões por unidade, o que reduz a competitividade dos aviões nacionais no mercado americano. Para ele, o cenário de alíquota zero é fundamental para a fabricante de aviões.

Fernando Pimentel, diretor-superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), também um dos participantes do encontro em Brasília, afirmou que a questão política nem chegou a ser abordada no encontro.

— Esta é uma questão que nem deveria estar posta. Foge à razoabilidade. Temos um histórico de parceria comercial com os EUA, sempre com diplomacia. E é isso que vamos buscar — disse Fernando Pimentel, diretor-superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), um dos participantes do encontro.

Ele afirmou que cada setor explicou sua situação comercial com os EUA e deu sua visão de como essa tarifa de 50% poderia ser revertida. Ficou acertado que todos devem reunir sugestões para municiar o governo.

— É uma situação complexa para todos os setores. Significa praticamente impor um embargo comercial ao Brasil — disse Pimentel.

A discussão também se focou em buscar canais no governo americano, especialmente as fontes comerciais, para que se possa mostrar a situação em que as duas economias perdem com esse aumento de tarifas. Os empresários defenderam que isso seja feito à base de diálogo e diplomacia.

— Ficou decidido que é preciso mostrar que não faz sentido o Brasil ter a maior taxa sobre seus produtos vendidos nos EUA. Outra recomendação consensual na reunião é "evitar falatório" e buscar pontos de convergência entre os dois países, sempre com foco no comercial, usando a frieza da diplomacia — explicou Pimentel.

O crescimento das vendas do setor têxtil aos EUA estava estimado entre 13% e 14%, chegando a US\$ 90 milhões este ano. Mas, estas previsões agora estão suspensas. A indústria de moda e têxtil brasileira vinha buscando novas oportunidades de negócios no vácuo deixado pelos chineses, que também foram taxados pelo governo Trump.

— Não podemos suprir o que a China vende aos EUA (cerca de US\$ 20 bilhões por ano), mas estávamos buscando novas oportunidades — disse Pimentel.



Do setor de calçados, que exporta 20% de sua produção para os EUA, participou o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), Haroldo Ferreira. A entidade reforçou a importância de se priorizar uma negociação junto ao governo dos EUA, preservando o fluxo comercial e a previsibilidade do ambiente de negócios. Segundo a nota da associação, o tom geral dos presentes foi de negociação, com o objetivo de demonstrar que nessa guerra tarifária ambos os países perderão.

"Ficou acertado que, em um primeiro momento, o foco será a busca pelo retorno da sobretaxa de 10% ao produto brasileiro, anunciada em abril. Não logrando sucesso, o segundo passo é solicitar uma prorrogação de mais 90 dias para que a negociação ocorra", diz o texto, enfatizando que a tarifa de 50% inviabiliza a recuperação das exportações do setor para os EUA, que crescerá mais de 4% segundo as estimativas iniciais este ano.

Neste primeiro encontro dos empresários, embora o tom tenha sido de união, surgiram assimetrias de demanda de cada um dos setores industriais — embora isso não tenha sido discutido com o governo inicialmente. Há segmentos, por exemplo, que avaliam que se a alíquota voltar para 10% (o Brasil havia sido colocado entre os países menos taxados, inicialmente) já será uma vitória, diz um dos participantes da reunião. Já outros setores, defendem a busca pela alíquota zero. Dependendo da relação comercial de cada setor com os EUA não se descarta a possibilidade de que possam ser negociados níveis de tarifa diferentes.

Pautas assimétricas

O próprio presidente da Embraer, Francisco Gomes Neto, afirmou durante coletiva que a empresa já tinha aberto canais de negociações com autoridades americanas para derrubar a tarifa de atual de 10% para zero. A Embraer considera que uma alíquota de 10% já é elevada para o setor, que tem valor de aeronaves muito elevado, e isso leva a um reajuste de preços, prejudicando a competitividade da empresa no médio e longo prazo.

Na mesa, a Embraer tem a seu favor um potencial de US\$ 21 bilhões em negócios na compra de equipamentos americanos para suas aeronaves até 2030, além de operar uma unidade na Flórida, que gera 3 mil empregos. É uma cifra que garante empregos e caixa para muitos fornecedores americanos pelos próximos anos — e um excelente ponto de barganha para a fabricante de aviões conseguir reverter os 10%.

Além da possibilidade de tarifas diversas para cada setor, outro ponto que está em xeque é a postergação do início da tarifa para 90 dias. Alguns empresários, assim como o governo, veem nesse adiamento a possibilidade de uma negociação mais amarrada, do que nos 16 dias que faltam para os 50% entrarem em vigor.

Outros avaliaram que mais 90 dias sem solução prorrogariam também a instabilidade no ambiente de negócios por mais tempo. Mas existe um consenso de que a retaliação através da lei de reciprocidade poderia escalar a guerra tarifária. A complexidade da questão para cada setor terá que ser analisada pelo governo com lupa, diz um participante.

Em São Paulo, pedido de diplomacia

Em São Paulo, onde o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) também se reuniu com empresários para discutir medidas para reverter o tarifaço de Trump, o empresário Paulo Skaf, ex-presidente da Fiesp, disse que o clima "foi de diálogo construtivo".

Da reunião no Palácio dos Bandeirantes, participou também Gabriel Escobar, encarregado de negócios da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, além de um grupo de 20 empresários de diversos setores estratégicos da economia, como aviação, suco de laranja, café, máquinas, madeira, setor sucroalcooleiro.

Os empresários também defenderam que todos os esforços para reverter o tarifaço devem ser feitos no campo diplomático. Para Skaf, o momento exige maturidade, cooperação e que "o diálogo

prevaleça com base nos interesses da economia real e da competitividade da indústria brasileira", escreveu o empresário na nota, sem mencionar a questão política.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 15/07/2025

INDÚSTRIA BRASILEIRA TENTA ADIAR TARIFAÇÃO DE TRUMP: 'QUEREMOS RESOLVER O PROBLEMA O MAIS RÁPIDO POSSÍVEL', DIZ ALCKMIN

Governo se reuniu com empresários do setor produtivo para discutir o tema

Por Bernardo Lima — Brasília



Vice presidente, Geraldo Alckmin, falou em medidas para adiar o tarifaço — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

A indústria brasileira tenta adiar o prazo de entrada em vigor da tarifa de 50% imposta pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ao Brasil, prevista para agosto. O pedido foi dirigido ao vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, em reunião nesta terça-feira.

— É óbvio que se pudermos resolver antes do dia 31 de agosto essa estabilidade será benéfica para todo mundo, se tivermos uma prorrogação de 90 dias e não evoluir vamos continuar com os mesmos problemas. Mas também entendemos que uma prorrogação do prazo pode acontecer diante de novos fatos — disse o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban. — Não faz nenhum sentido que o Brasil saia do piso das taxas para o teto sem nenhum motivo econômico.

Alckmin indicou que esse pode ser um caminho.

— Queremos resolver o problema o mais rápido possível, se for necessário prorrogar o prazo, vamos fazer isso — afirmou o vice-presidente.

Ele disse ainda que o Brasil vai remeter aos Estados Unidos uma nova carta cobrando resposta de uma correspondência enviada em maio.

— Enviamos uma carta há dois meses, confidencial, sobre tratativas de acordo de entendimento, mas não tivemos resposta. Vamos encaminhar uma carta dizendo que aguardamos a resposta e queremos resolver essa situação — disse, ressaltando que o diálogo sempre esteve aberto.

Os empresários também ressaltaram, na reunião, que o prazo é curto.

— Vamos acelerar as conversas com empresários norte americanos — disse o vice-presidente.

Segundo ele, o governo ouviu dos empresários a necessidade de negociação. Alckmin afirmou que os representantes do setor também devem conversar com empresários americanos sobre isso

— É uma oportunidade para abriremos mais acordos comerciais — disse ele.

Alckmin disse que houve um aumento das importações de produtos americanos ao Brasil.

— O momento temos uma exportação recorde dos EUA ao Brasil, portanto é incompreensível essa adoção da tarifa e é importante nossa união para reverter essa situação.



O presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), ressaltou que os EUA também perdem com as tarifas:

— Temos absoluta confiança que os mais de 200 anos de boas relações diplomáticas e comerciais não vão se romper dessa maneira, pelo contrário, vamos chegar a um entendimento e temos confiança absoluta no Ministério das Relações Exteriores e MDIC para negociar este acordo.

Separação de Poderes

Na reunião, mais cedo, ele disse que o não pode influenciar sobre as decisões de outro Poder. Segundo Alckmin, é necessário "separar questões de natureza jurídica", ao discutir as reações do Brasil ao tarifaço do governo americano.

Na carta em que anunciou a imposição da tarifa de 50% aos produtos brasileiros, o presidente Donald Trump justificou a medida citando o tratamento dado pelo Judiciário ao ex-presidente Jair Bolsonaro e a empresas de tecnologia americanas.

Alckmin e ministros se reuniram com empresários da indústria na manhã desta terça-feira para buscar soluções ao tarifaço imposto a produtos brasileiros pelo presidente Trump.

— Primeiramente, separar questões de natureza jurídica, como diz Montesquieu, a separação dos Poderes é pedra fundamental do estado de direito, o governo não tem ação sobre outro poder. E em relação à questão das tarifas, trabalharemos para revertê-las. Elas são absolutamente inadequadas — destacou Alckmin na abertura da reunião.

Além de Alckmin, os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Rui Costa (Casa Civil), Simone Tebet (Planejamento e Orçamento), e Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos).

— Destacar o empenho do governo federal no sentido de ouvi-los a todas e a todos, a todo o setor privado, e trabalharemos juntos para revertermos essa questão das tarifas norte americanas — disse o vice-presidente à empresários.

Em reunião neste domingo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva definiu a criação do comitê com empresários para discutir saídas, sob a liderança de Alckmin.

Alckmin terá duas conversas separadas nesta terça: pela manhã, com lideranças industriais; à tarde, com representantes do agronegócio. O presidente Lula, embora envolvido na articulação política, não participará dos encontros.

A criação do comitê consultivo é parte da tentativa do Planalto de demonstrar coesão nacional diante do tarifaço. Lula quer sinalizar que a taxação imposta pelos EUA é um tema de Estado, e não de gestão, e que precisa mobilizar tanto o setor produtivo quanto a sociedade civil. A ideia é transformar a crise em ativo político, com uma aliança entre o governo e os empresários.

Segundo Alckmin, além das conversas com as cadeias produtivas locais, o governo vai buscar diálogo com empresas e entidades americanas, sobretudo aquelas que mantêm integração com a cadeia industrial brasileira.

Ao todo, compareceram à reunião desta manhã, 37 representantes de setores da indústria, como o presidente da EMBRAER, Francisco Gomes, e o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban. Confira a lista completa abaixo:

- Francisco Gomes Neto, Presidente da EMBRAER;
- Ricardo Alban, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- Josué Gomes da Silva, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP);

- José Velloso, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ);
- Haroldo Ferreira, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (ABICALÇADOS);
- Janaína Donas, Presidente-Executiva da Associação Brasileira do Alumínio (ABAL);
- Fernando Pimentel, Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT);
- Paulo Roberto Pupo, Superintendente da Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente (ABIMCI);
- Paulo Hartung, Presidente Executivo da Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ);
- Armando José Giacomet, Vice-Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente (ABIMCI);
- Rafael Lucchesi, CEO da Tupy;
- Giovanni Francischetto, Superintendente da Associação Brasileira de Rochas Naturais (CENTROROCHAS);
- Edison da Matta, Diretor Jurídico e de Comércio Exterior do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (SINDIPEÇAS);
- Cristina Yuan, Diretora de Relações Institucionais do Instituto Aço Brasil;
- Daniel Godinho, Diretor de Sustentabilidade e Relações Institucionais da WEG;
- Fausto Varela, Presidente SINDIFER;
- Bruno Santos, Diretor Executivo ABRAFE;
- Alexandre Almeida, Diretor RIMA.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 15/07/2025

CÂMARAS DE COMÉRCIO DOS EUA E DO BRASIL PEDEM QUE PAÍSES INICIEM 'NEGOCIAÇÕES DE ALTO NÍVEL' SOBRE TARIFAS

Em nota, instituições dizem que sobretaxa de 50% proposta por Trump afetaria produtos essenciais às cadeias de suprimentos, elevaria custos para as famílias e reduziria a competitividade de setores-chave da indústria

Por O GLOBO — Washington e Brasília



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o seu contra parte dos Estados Unidos, Donald Trump — Foto: Fotos de Evaristo Sá/AFP e Mandel Ngan/AFP

A Câmara de Comércio dos Estados Unidos (U.S. Chamber of Commerce) e a Câmara Americana de Comércio no Brasil (AmCham Brasil) defendem que os governos dos Estados Unidos e do Brasil iniciem negociações de alto nível para evitar a implementação de tarifas prejudiciais a ambas as nações.

Em nota conjunta divulgada nesta terça-feira, as duas instituições afirmam que a imposição dessas medidas, como resposta a tensões políticas mais amplas, "corre o risco de causar danos reais a uma das relações econômicas mais importantes dos EUA e estabelece um precedente preocupante".

Na semana passada, o presidente Donald Trump anunciou que vai impor tarifas de 50% sobre produtos brasileiros a partir de 1º de agosto — um aumento drástico que veio após duras críticas do presidente americano às políticas internas e externas do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva.

Lula reagiu a Trump, afirmando que a taxaço seria respondida "à luz da Lei brasileira de Reciprocidade Econômica", dispositivo que autoriza o governo brasileiro a adotar medidas de proteção econômica contra países que impuserem barreiras comerciais unilaterais ao Brasil. O

decreto que regulamenta a Lei da Reciprocidade foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira.

Segundo as duas instituições, a tarifa proposta de 50% afetaria produtos essenciais às cadeias de suprimentos e aos consumidores, elevando os custos para as famílias e reduzindo a competitividade de setores-chave da indústria dos EUA.

A nota lembra ainda que mais de 6.500 pequenas empresas nos Estados Unidos dependem de produtos importados do Brasil, enquanto 3.900 empresas americanas investem no país. O Brasil está entre os dez principais mercados para exportações dos EUA e é destino de quase 60 bilhões de dólares em bens e serviços norte-americanos por ano.

'Taco trade': Entenda por que o mercado acha que Trump vai 'amarelar' antes de sobretaxar o Brasil "Uma relação comercial estável e produtiva entre as duas maiores economias do Hemisfério beneficia os consumidores, sustenta empregos e promove a prosperidade mútua", acrescenta a nota.

A Câmara de Comércio dos EUA e a AmCham Brasil se dizem prontas para apoiar esforços que conduzam a uma solução negociada, pragmática e construtiva — "que evite uma escalada e garanta a continuidade de um comércio mutuamente benéfico."

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 15/07/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

PIB DO BRASIL PODE DIMINUIR EM 0,4 PONTO PORCENTUAL NO CURTO PRAZO COM TARIFAS DE TRUMP, DIZ OPEP

Para organização, País poderá mitigar impacto por meio de negociações com os EUA e redirecionando exportações para mercados alternativos

Por Laís Adriana (Broadcast)

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) deixou inalteradas as projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil nos próximos dois anos, prevendo alta de 2,3% em 2025 e de 2,5% em 2026. No entanto, o cartel alertou que o aumento inesperado das tarifas dos Estados Unidos poderá pesar sobre a atividade e diminuir o PIB brasileiro em 0,4 ponto percentual no curto prazo, em relatório publicado nesta terça-feira, 15.

A Opep ainda considera que é possível um crescimento mais forte do Brasil no segundo semestre de 2025 do que o esperado, a depender do desempenho da agricultura. Por outro lado, as tarifas americanas podem eliminar esse suporte se não houver uma solução entre os dois países.



“O Brasil poderá tentar mitigar esse impacto por meio de negociações contínuas com os Estados Unidos e redirecionando exportações para mercados alternativos, o que é factível para commodities amplamente comercializadas, como produtos agrícolas, metais e combustíveis”, apontou o relatório.

Redirecionamento das exportações brasileiras, como produtos agrícolas, para mercados alternativos é factível, segundo a Opep Foto: *Tiago Queiroz/Estadão*



O cartel também manteve previsão de que a inflação ficará elevada em torno de 5% ao longo do ano, levando o BC do Brasil a manter a taxa Selic em nível alto por tempo prolongado para controlar as pressões inflacionárias.

A Opep ainda espera que um impacto positivo de reformas fiscais, relaxamento monetário e aumento do consumo e investimentos domésticos apoiem a aceleração da economia a partir do próximo ano, embora os riscos tarifários também permaneçam no horizonte de 2026.

PIB global

A Opep manteve a previsão para a alta do PIB global em 2025, em 2,9%. Para 2026, a projeção de avanço da economia global também ficou inalterada, em 3,1%.

No caso do PIB dos EUA, a Opep reiterou estimativas de expansão de 1,7% neste ano e de 2,1% no próximo.

As projeções de crescimento da China em 2025 e 2026 também foram mantidas, em 4,6% e 4,5%, respectivamente.

Para a zona do euro, as previsões de alta também não sofreram ajustes, permanecendo em 1% em 2025 e 1,1% em 2026.

Produção de petróleo

A Opep estima que a produção total de petróleo do Brasil subiu 47 mil barris por dia (bpd) em maio, a 3,7 milhões de bpd. O cartel também notou aumento de 43 mil bpd na produção total de combustíveis líquidos no mês, a 4,5 milhões de bpd.

Contudo, a Opep manteve a expectativa para a oferta de combustíveis líquidos do Brasil neste ano e no próximo. Em 2025, o cartel prevê crescimento de cerca de 200 mil bpd, a uma média de 4,4 milhões de bpd. Para 2026, a Opep ainda projeta aumento na oferta de 200 mil bpd, a 4,5 milhões de bpd.

O Brasil continua como um dos quatro países de fora da Opep que mais deverão impulsionar o avanço da oferta global de combustíveis líquidos em 2025 e em 2026, lista que inclui EUA, Canadá e Argentina./Com Sergio Caldas

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 15/07/2025

TRUMP CITA TARIFAS EM VIGOR NO BRASIL E VOLTA A DEFENDER BOLSONARO: 'NÃO É DESONESTO'; VEJA O VÍDEO

'Ele não é um amigo meu', disse Trump; 'É uma pessoa que eu conheço' que 'lutou muito' pela população brasileira 'e querem colocá-lo na prisão, e acho que é uma caça às bruxas'

Por Patricia Lara

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, voltou a defender o ex-presidente Jair Bolsonaro nesta terça-feira, 15. Segundo o republicano, Bolsonaro é um "homem bom", que "lutou muito pelo Brasil". Trump se referiu ao brasileiro ainda como "um homem respeitado" e que "não é desonesto" e está sendo alvo de "caça às bruxas", como disse o presidente americano na quarta-feira, 9, ao anunciar taxa de 50% para produtos brasileiros a partir de 1º de agosto.

Os comentários de agora foram feitos durante uma entrevista coletiva improvisada, fora da Casa Branca, antes de o presidente americano partir para Pittsburgh, onde participa de um encontro de energia e inteligência artificial ainda nesta terça.

A menção a Bolsonaro ocorreu a partir de um momento da entrevista, em que Trump foi questionado por uma repórter brasileira sobre o que teria a dizer sobre o julgamento de Bolsonaro. Antes de

responder, o presidente americano fez perguntas sobre quando seria o julgamento e como estava a situação do brasileiro.

Depois, Trump começou a resposta dizendo que “o presidente Bolsonaro é um homem bom”.

“Conheci muitos primeiros-ministros e presidentes, reis e rainhas, e eu sei dizer que ele é um bom presidente. Ele não é um homem desonesto. Ele ama a população brasileira”, afirmou.

“Ele lutou muito pelo povo brasileiro. Ele negociou (no primeiro mandato de Trump) acordos comerciais contra mim pelo povo do Brasil, e ele era muito duro. Era duro pois queria fazer um bom negócio para o seu país”, disse. “Ele não era um homem desonesto. E eu acredito que é uma caça às bruxas. E não deveria estar acontecendo.”

Trump disse em seguida: “Ele não é um amigo meu. É uma pessoa que eu conheço” e emendou: “Eu o conheço como representante de milhões de pessoas, brasileiros, ótimas pessoas, e ele ama o país. Ele lutou muito por essas pessoas. E querem colocá-lo na prisão, e eu acho que é uma caça às bruxas”.

“E eu acho que é lamentável. E ninguém está feliz com o que o Brasil está fazendo. Porque Bolsonaro era um presidente respeitado. Muito respeitado”, concluiu.

Na segunda-feira, 14, a Procuradoria-Geral da República (PGR) entregou as alegações finais na ação penal contra o “núcleo crucial” da tentativa de golpe de Estado. O parecer assinado por Paulo Gonet pede a condenação dos oito réus do grupo, inclusive de Bolsonaro.

Segundo o relatório, o ex-presidente foi o “principal articulador, maior beneficiário e autor dos mais graves atos executórios voltados à ruptura do Estado Democrático de Direito”.



O presidente dos EUA, Donald Trump Foto: Manuel Balce Ceneta/AP

Ao anunciar as tarifas de 50% sobre todos os produtos brasileiros exportados para os Estados Unidos, na quarta-feira, 9, Trump relacionou a medida ao processo contra Bolsonaro, que ele classificou como “caça às bruxas”. O republicano também citou as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) contra empresas americanas de tecnologia.

Nesta terça-feira, 15, Trump disse ainda que “há tarifas em vigor” em relação ao Brasil, em um comentário em que não entrou em detalhes sobre a nova e mais dura taxa, de 50%, anunciada para entrar em vigor em 1º de agosto.

As tarifas recíprocas, de 10%, já estão sendo cobradas do País desde abril. Há também tarifas de 50% sobre o aço e o alumínio exportados.

Indonésia

O presidente dos Estados Unidos confirmou que será aplicada uma tarifa de 19% para produtos importados da Indonésia, enquanto o acordo acertado pelo seu governo prevê acesso pleno ao mercado da nação asiática sem nenhuma tarifa.

“Teremos total acesso ao mercado da Indonésia, o que nunca tivemos”, disse Trump. Ele afirmou ainda que anunciará mais acordos e disse que “terá acesso à Índia”.

Em relação aos temas geopolíticos, Trump afirmou que se não houver um acordo com a Rússia em 50 dias, será muito ruim.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 15/07/2025

EMBRAER PREVÊ PERDA DE R\$ 2 BI COM TARIFAS NESTE ANO; 'TAXA DE 50% É PRATICAMENTE EMBARGO', DIZ CEO

O executivo falou à imprensa após participar de reunião entre o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, ministros e representantes de setores afetados pela sobretaxa americana

Por Elisa Calmon (Broadcast)

A tarifa de 50% sobre exportações brasileiras para os Estados Unidos pode ter um impacto de cerca de R\$ 50 milhões por avião da Embraer, calcula a companhia. Com isso, os efeitos nas receitas da fabricante seriam próximos a R\$ 2 bilhões em 2025 e de R\$ 20 bilhões até 2030.

"A taxa de 50% é praticamente um embargo. Esse patamar inviabilizaria as operações da Embraer nos Estados Unidos", afirmou o CEO da companhia, Francisco Gomes Neto, nesta terça-feira, 15.

O executivo falou à imprensa após participar reunião promovida mais cedo entre o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, ministros e representantes de setores afetados pela sobretaxa norte-americana.



'Nosso plano de entregas e produção segue inalterado', diz Gomes Neto Foto: Divulgação/Embraer

Gomes Neto destacou que os EUA são o principal mercado para a Embraer. As exportações para clientes norte-americanos representam 45% em jatos comerciais e 70% em jatos executivos.

A fabricante prevê que as sobretaxas poderiam gerar cancelamentos de pedidos, considerando a alta exposição ao mercado dos EUA. "Clientes da aviação comercial podem não querer receber aeronaves, porque o imposto muito elevado afetaria o plano de negócios deles", disse Gomes Neto.

A lista de possíveis efeitos inclui ainda a revisão do plano de produção, redução de investimentos e possível ajuste no quadro de funcionários. No entanto, até o momento, a Embraer não registrou cancelamento de pedidos. "Nosso plano de entregas e produção segue inalterado", reforçou Gomes Neto.

CEO vê chance de o País reverter a tarifa

Gomes Neto avalia que a taxa de 50% ainda pode ser revertida. O executivo classificou o encontro como produtivo e se disse otimista com o engajamento do alto escalão do governo. "Estamos otimistas de que o governo federal irá encontrar uma solução para problema das tarifas", afirmou Gomes Neto.

O CEO da Embraer relatou ainda que nenhuma medida específica foi definida durante a reunião. "A única meta apresentada foi seguir com as negociações com os EUA", disse.

O executivo foi sucinto ao ser questionado sobre os aspectos políticos envolvendo o tema, incluindo as rugas entre a família Bolsonaro e o governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas. "Nosso foco é na negociação econômica", afirmou.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 15/07/2025

CHINA USA BILHÕES EM SUBSÍDIOS PARA ESTIMULAR GASTOS DE CONSUMIDORES, MAS ATÉ QUANDO CONSEGUE?

Clientes aproveitam programa governamental de US\$ 42 bilhões para estimular vendas, mas algumas cidades começam a reduzir subsídios

Por Daisuke Wakabayashi (The New York Times)

Enquanto explorava a seleção de iPhones da Apple em uma loja de eletrônicos em Tianjin, no leste da China, Zhan Demi mencionou os motivos pelos quais precisava trocar seu aparelho. Fotos e vídeos de seu filho pequeno estavam rapidamente consumindo o armazenamento do celular.

Um dos professores de seus filhos pediu para ela baixar vários aplicativos, novamente forçando os limites de seu aparelho. Mas o fator que a levou à loja foi um programa governamental de troca, que visa estimular o consumo, que permanece estagnado na China.



Consumidores em shopping de Pequim; enfrentando uma guerra comercial com os EUA, a China injetou US\$ 42 bilhões neste ano para estimular o consumo Foto: Andy Wong/AP

Enfrentando uma guerra comercial com os Estados Unidos, o governo chinês injetou US\$ 42 bilhões neste ano em um programa de troca para consumidores, o dobro do valor do ano passado.

O objetivo era impulsionar um aumento muito necessário nos gastos em um momento delicado para a

economia, subsidiando descontos para uma ampla variedade de bens de consumo, de máquinas de lavar a veículos elétricos.

O programa provou ser tão bem-sucedido que várias cidades o suspenderam ou reduziram nas últimas semanas para evitar que o dinheiro acabasse prematuramente.

Em maio, as vendas no varejo cresceram surpreendentes 6,4%, superando as expectativas dos economistas, impulsionadas pela forte demanda por smartphones e eletrodomésticos.

Zhan disse: “Queremos tosar a ovelha”, usando uma expressão popular chinesa para aproveitar uma oportunidade. Ela já havia tirado proveito do programa para comprar um ar-condicionado com baixo consumo de energia e outros eletrodomésticos com descontos de até 20%. “Se pudermos atualizar tudo de uma vez quando há uma boa oferta, nós faremos”, diz.

Consumo fraco preocupa China

O consumo fraco tem sido uma preocupação de longa data para a economia chinesa. Os consumidores chineses poupam mais e gastam menos do que os da maioria dos países desenvolvidos, mesmo quando a economia está crescendo a um ritmo acelerado.

Mas agora que o crescimento está desacelerando, empregos bem remunerados estão desaparecendo e o declinante setor imobiliário — um motor fundamental da economia e um destino de investimento para a poupança — não mostra sinais de recuperação, impulsionar os gastos é fundamental para sustentar o crescimento econômico.

A estratégia usual da China para impulsionar a economia pode não funcionar desta vez. O país não pode gastar tão generosamente em infraestrutura como no passado. Seus governos locais estão afundados em dívidas após décadas de construção de aeroportos, estações de trem e pontes.

A contínua disputa comercial com os Estados Unidos e uma crescente preocupação global com a enxurrada de produtos chineses baratos limitam sua capacidade de acelerar as fábricas do país para aumentar as exportações.

Em um reflexo dos desafios enfrentados pelos formuladores de políticas, Zhan disse que, apesar de gastar por meio do programa de troca, ela também estava cortando despesas.

Quando sua cafeteria preferida aumentou os preços de US\$ 1,40 para US\$ 2 por xícara, ela decidiu comprar grãos e fazer café em casa. Ela disse que era natural fazer tais escolhas quando a economia não estava boa.



O primeiro-ministro da China, Li Qiang, disse que o país está "intensificando os esforços" para expandir a demanda doméstica com iniciativas especiais Foto: Mauro Pimentel/AFP

“Muitas pessoas estão até desempregadas, são forçadas a parar de trabalhar ou seus salários são cortados”, disse Zhan. “Então, em vez de ficarem sem dinheiro, as pessoas tendem a comparar e fazer escolhas com mais cuidado.”

Autoridades reforçam estímulo ao consumo

Embora o Partido Comunista tenha dado apenas apoio superficial à importância de impulsionar o consumo por anos, as declarações recentes de altos funcionários estão se tornando mais enfáticas.

No mês passado, o primeiro-ministro da China, Li Qiang, disse que o país estava “intensificando os esforços” para expandir a demanda doméstica com iniciativas especiais.

Falando em Tianjin, no Fórum Econômico Mundial, uma reunião de executivos de negócios, líderes governamentais e especialistas, ele prometeu fazer da China “uma potência de consumo gigantesca, além de ser uma potência de manufatura”.

Xi Jinping, o líder máximo da China, prometeu neste ano “estimular totalmente” os consumidores do país para combater o impacto de uma guerra comercial com os Estados Unidos.

O atual programa de troca — semelhante à iniciativa americana “dinheiro por carro velho” — começou no final do ano passado.

Inicialmente, aplicava-se a oito categorias de eletrodomésticos e automóveis. Os descontos variam de 15% a 20%, com maiores economias reservadas para produtos mais eficientes em termos de energia.

A China, que emitiu títulos especiais do Tesouro para financiar o programa, alocou o dobro do dinheiro para ele em 2025 e estendeu os produtos cobertos para incluir smartphones, tablets e smartwatches.

No mês passado, o governo municipal de Chongqing, junto com algumas outras regiões, suspendeu os subsídios. Chongqing, uma cidade com mais de 30 milhões de habitantes, afirmou que a pausa não era um cancelamento completo, mas sim uma preparação para uma segunda rodada de subsídios que estaria disponível em uma data posterior.

Apesar do sucesso do programa de troca, economistas temem que seu impacto no consumo seja de curta duração e possa levar a um declínio no segundo semestre do ano e no primeiro semestre do próximo ano.



O Nomura, um banco de investimento japonês, estima que as vendas no varejo no segundo semestre de 2025 diminuirão 0,4 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano passado, e quase um ponto percentual no primeiro semestre do próximo ano.

O governo está explorando opções de políticas alternativas. A partir deste ano, a China planeja fornecer pagamentos anuais de US\$ 500 por criança com menos de 3 anos para famílias que têm filhos, de acordo com a agência de notícias Bloomberg.

Zichun Huang, economista da China na consultoria Capital Economics, disse que os pagamentos em dinheiro foram uma “mudança de mentalidade” e lançaram as bases para outras medidas de apoio ao consumo.

Outro fator que contribui para as altas taxas de poupança na China é sua rede de segurança social pouco financiada. Embora a maioria dos cidadãos chineses esteja inscrita em seguros médicos e de pensão, os benefícios são limitados e os pagamentos do próprio bolso são significativos.

A maioria das pessoas não está coberta por seguro-desemprego ou de acidentes de trabalho, incluindo muitos dos 200 milhões de trabalhadores informais da China.

Aumento modesto na venda de carros

Zhang Dylan, vendedor da montadora BYD, disse ter testemunhado um aumento modesto nas vendas de carros devido ao programa de troca.

Enquanto esperava a chegada de potenciais clientes, ele observou que a demanda, no entanto, não era nada como havia sido há dois ou três anos, quando os pedidos chegavam em massa e havia uma lista de espera de seis meses para compradores interessados.

Como muitos consumidores chineses, Zhang disse ter sofrido dificuldades financeiras devido à queda do mercado imobiliário. Ele e sua esposa compraram uma casa em 2019 por cerca de US\$ 265 mil. Desde então, seu valor caiu quase pela metade.

Questionado por que ele achava que os consumidores chineses não estão gastando mais, Zhang disse que as pessoas estão economizando porque “é muito difícil ganhar dinheiro”.

Consumo de celulares

Dentro de um shopping em Tianjin, Wang Mingke, vendedor em uma loja da fabricante chinesa de smartphones Xiaomi, disse que o programa de troca impulsionou a compra de smartphones da empresa.

Ele disse que a loja vendia mais de 30 smartphones por mês, em comparação com 20 por mês antes dos subsídios. Alguns meses atrás, nos primeiros meses da iniciativa, a loja vendeu 50 telefones em um mês.

Wang, de 35 anos, disse que o subsídio deu um pequeno empurrão para que os consumidores preocupados gastassem.

“Todo mundo está falando sobre a desaceleração econômica, e ganhar dinheiro é realmente mais difícil”, afirma. “Como sua renda fica um pouco menor, quando se trata de gastos supérfluos, você pode simplesmente optar por não comprar por enquanto.”

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 15/07/2025

SENADO PREPARA COMITIVA PARA OS EUA SOBRE TARIFAS DE TRUMP E TENTA SE DESCOLAR DE LULA E BOLSONARO

Encarregado de Negócios dos EUA se reuniu com presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, que antecipou missão para discutir taxaço de produtos

Por Daniel Weterman

BRASÍLIA — O Senado prepara uma comitiva de parlamentares para os Estados Unidos com o objetivo de discutir as tarifas impostas pelo presidente Donald Trump ao Brasil e defender uma negociação para reverter a taxaço de 50% a produtos brasileiros importados pelos norte-americanos.

A estratégia de senadores é descolada do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), em meio a críticas direcionadas aos dois lados nos bastidores que questionam a capacidade do Itamaraty negociar e a defesa de Bolsonaro focada em anistia e ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Procurado, o Itamaraty não comentou a iniciativa do Senado, mas reiterou nota emitida no mesmo dia em que critica as declarações do governo dos EUA e diz estar aberto ao diálogo. “No que se refere ao comércio, o Brasil vem negociando com autoridades norte-americanas, desde março, questões relativas a tarifas, de interesse mútuo, e está disposto a dar sequência a esse diálogo, em benefício das economias, dos setores produtivos e das populações de ambos os países”, diz o comunicado.

O encarregado de Negócios da embaixada dos Estados Unidos em Brasília, Gabriel Escobar, recebeu o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Nelsinho Trad (PSD-MS), para uma conversa na segunda-feira, 14.



Senador Nelsinho Trad se encontrou com encarregado de Negócios da embaixada dos Estados Unidos em Brasília, Gabriel Escobar Foto: Roque de Sá/Agência Senado

O senador planejava uma comissão para os EUA em setembro e decidiu antecipar a viagem para este mês, antes das tarifas de Trump entrarem em vigor. O Senado vai montar uma comitiva de senadores escolhidos pelo presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP). A criação de uma comissão temporária externa foi aprovada pelo plenário nesta terça-feira, 15.

A viagem está prevista entre os dias 29 e 31 de julho.

O encarregado indicou apoio para o movimento do Senado e disse que é possível os dois países iniciarem uma negociação neste momento, conforme o Estadão apurou. Os senadores esperam ser recebidos por autoridades do governo de Trump. No Congresso norte-americano, a intenção é se reunir com representantes do Comitê de Relações Exteriores do Senado e figuras como o senador republicano Rick Scott e o democrata Mark Kelly.

No Senado, há cobranças para que o governo brasileiro negocie as tarifas. Logo após o anúncio de Trump, que comunicou em uma rede social tarifas de 50% sobre todos os produtos brasileiros que entram nos Estados Unidos, o presidente Lula sinalizou que poderia retaliar com reciprocidade no Brasil. Agora, o governo começou a preparar uma carta para solicitar a retomada das negociações tarifárias.

“A nossa parte nós vamos fazer. Não é só sabatinar embaixador. Não podemos admitir que o Brasil se isole. Partir para a briga com os Estados Unidos não é o caminho. Vamos deixar a eleição para o ano que vem”, disse o senador Nelsinho Trad, em referência ao governo Lula, após a reunião com o encarregado norte-americano.

“No Parlamento, vamos seguir pela via do entendimento e da diplomacia. Se isso não vier do Executivo, enquanto presidente da Comissão de Relações Exteriores, não abrirei mão da legitimidade que tenho para buscar a contraparte americana”, afirmou o parlamentar.

A cobrança do presidente da CRE ocorre em um momento de insatisfação acumulada com o Itamaraty. O senador se envolveu pessoalmente para apoiar o brasileiro Fábio de Sá e Silva para integrar a Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Depois de ter lançado a candidatura de Silva, o governo brasileiro abriu mão e firmou um acordo para que o México ficasse com a vaga.

O presidente da comissão, Nelsinho Trad, a vice-presidente do colegiado, Tereza Cristina (PP-MS), e o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), são citados como possíveis integrantes da comitiva do Senado, mas os nomes ainda não foram confirmados. A proposta do grupo será se descolar da disputa política entre Lula e o ex-presidente Bolsonaro.

Na carta, Trump pediu o fim do julgamento de Bolsonaro, acusado por trama golpista no STF. A estratégia, porém, não é apoiada por todos os apoiadores do ex-presidente e provocou uma divisão na direita. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), entrou em campo e se reuniu com o encarregado de Negócio dos Estados Unidos e empresários afetados.

“Não aceito que o Trump venha meter o bedelho num caso aqui que é interno nosso. Há uma injustiça sendo praticada contra o presidente Bolsonaro? Há uma injustiça sendo praticada, mas compete a nós brasileiros resolvermos isso”, afirmou o senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS), que foi vice-presidente de Bolsonaro.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 15/07/2025

PRESIDENTES DA CÂMARA E DO SENADO DESISTEM DE PARTICIPAR DE CONCILIAÇÃO SOBRE IOF NO SUPREMO

Hugo Motta e Davi Alcolumbre decidiram, de última hora, mandar representantes na reunião marcada para a tarde desta terça-feira

Por Victor Ohana (Broadcast) e Naomi Matsui (Broadcast)

BRASÍLIA - Os presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), decidiram não comparecer à audiência de conciliação a respeito do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

O encontro havia sido convocado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para a tarde desta terça-feira, 15. Segundo apurou o Estadão/Broadcast Político, ambos serão representados na reunião por advogados.



O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (em pé), o presidente Lula, e o presidente da Câmara, Hugo Motta Foto: WILTON JUNIOR

Motta designou o advogado da Câmara, Jules Michelet Pereira Queiroz e Silva. Alcolumbre será representado pela advogada-geral do Senado, Gabrielle Tatith Pereira.

Na semana passada, o presidente do Senado havia dito que participaria da reunião. “Tem que ir”, falou na época.

Motta não deu informações sobre o motivo para não comparecer à audiência. Ao convocar a reunião, o STF intimou as presidências da República, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, a Procuradoria-Geral da República (PGR), a Advocacia-Geral da União (AGU) e as partes autoras das ações.

Cerca de uma hora antes da audiência sobre o IOF, às 13h40, Hugo Motta recebeu em seu gabinete o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo. Os dois conversaram por aproximadamente dez minutos.

Questionado pelo Estadão/Broadcast Político na entrada e na saída sobre o motivo da reunião, Galípolo não quis responder. O encontro não constava nas agendas oficiais de ambos.

O encontro será mediado pelo Supremo Tribunal Federal e deve contar com representantes do Congresso e do Poder Executivo.

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, determinou a intimação, para participação na audiência, das presidências da República, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, assim como da Procuradoria-Geral da República, a Advocacia-Geral da União e das demais partes da ação.

A conversa é uma tentativa de solucionar a disputa travada entre o Congresso e o governo sobre o decreto que aumentou o IOF.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 15/07/2025

ARRECAÇÃO PROJETADA PELO GOVERNO COM IOF PARA 2026 EQUIVALE A ESFORÇO PARA CUMPRIR META FISCAL

Equipe econômica espera arrecadar R\$ 31,3 bi a mais com o imposto no ano que vem e R\$ 32,8 bilhões em 2027; procurada, Fazenda não se manifestou sobre as projeções da pasta
Por Daniel Weterman

BRASÍLIA — O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) espera arrecadar R\$ 31,3 bilhões a mais com a alta do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em 2026. O valor equivale a praticamente todo o esforço para cumprir o centro da meta fiscal do ano que vem, que é gerar um superávit de R\$ 34,3 bilhões nas contas públicas – equivalente 0,25% do PIB.

As projeções são do Ministério da Fazenda e foram obtidas pelo Estadão via Lei de Acesso à Informação. A estimativa de impacto na arrecadação com o decreto editado no dia 11 de junho aumenta a cada ano: R\$ 12 bilhões em 2025, R\$ 31,3 bilhões em 2026 e R\$ 32,8 bilhões em 2027.

Os números confirmam o que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, falou ao Estadão/Broadcast, quando disse que o governo precisa do IOF para cumprir a meta de 2026. Procurada, a pasta não se manifestou sobre as projeções.

A meta de 2026 admite, no limite, um déficit zero e é resultado de um balanço entre receitas e despesas. Ou seja: se a arrecadação é maior, o governo não precisa cortar tantos gastos para cumprir o objetivo. Se a receita é menor, por outro lado, é necessário um corte maior de despesas.



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, durante reunião realizada com representantes de setores industriais. Foto: Wilton Junior/Estadão

O governo editou um primeiro decreto aumentando o IOF no dia 22 de maio. Em seguida, a equipe



econômica recuou, com outros decretos no dia seguinte e no dia 11 de junho. O aumento, porém, foi derrubado pelo Congresso Nacional.

O governo entrou no STF para reverter a decisão dos parlamentares. O ministro Alexandre de Moraes chamou as duas partes para uma conciliação nesta terça-feira, 15.

Governo entendeu que houve ‘redução de receitas’ ao editar novo decreto do IOF em junho

Os documentos que embasaram a alta do IOF mostram que o governo se ancorou na alta do imposto para fechar as contas do Orçamento de 2025. Ao editar o primeiro decreto, no dia 22 de maio, estimou um impacto de R\$ 20,5 bilhões na arrecadação e fez toda a programação orçamentária do ano considerando esse aumento de receita – já com um congelamento de R\$ 31,3 bilhões nos gastos.

O governo considerou que houve uma “redução de receitas” ao editar o terceiro decreto, no dia 11 de junho, porque fez alterações em relação ao decreto anterior que diminuíram a estimativa de impacto.

A equipe econômica considerou que essa renúncia precisaria ser compensada ou o congelamento de gastos no Orçamento precisaria ser maior. A opção foi editar uma medida provisória (MP) aumentando a taxa sobre aplicações financeiras e sobre bets, que está no Congresso.

Enquanto a redução de receitas do último decreto em comparação com o primeiro é de R\$ 8,5 bilhões, a estimativa da MP é de uma arrecadação de R\$ 10 bilhões – ou seja, maior do que a compensação necessária. O Estadão questionou a pasta sobre essa diferença e perguntou se a MP poderia ser desidratada e, ainda assim, cumprir o objetivo de compensar o recuo do IOF, mas não obteve resposta até o momento.

O governo argumenta que a alta do IOF não teve viés arrecadatório, como alegou o Congresso ao derrubar o decreto, mas foi motivado por questões regulatórias, apesar dos impactos na arrecadação.

Conforme o Estadão revelou, na elaboração do decreto, a Receita Federal usou argumentos de regulação do mercado. Ao apresentar a medida, a equipe econômica, por sua vez, argumentou com a necessidade de arrecadação. A discussão está no STF é decisiva na ação que está com Alexandre de Moraes. Em junho, em meio à alta do IOF, o governo arrecadou R\$ 2,1 bilhões a mais com o imposto.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 15/07/2025

TARCÍSIO DIZ QUE VAI ARTICULAR COM GOVERNADORES DOS EUA PARA PRESSIONAR TRUMP CONTRA TARIFAS DE 50%

Em reunião com empresários, governador de SP não cita Lula e defende diálogo com chefes de Estados americanos para mostrar que tarifa pode elevar preços nos próprios EUA

Por Pedro Augusto Figueiredo e Bianca Gomes

Em reunião com empresários nesta terça-feira, 15, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou que vai buscar o apoio de governadores e senadores dos Estados Unidos para reverter a tarifa de 50% sobre produtos brasileiros anunciada pelo presidente Donald Trump. O encontro contou com a presença do encarregado de negócios da embaixada americana no Brasil, Gabriel Escobar.

Três pessoas presentes na reunião relataram que Tarcísio pretende pressionar suas contrapartes — governantes de Estados como Flórida e Nova York — para mostrar que a tarifa de 50% sobre produtos brasileiros pode elevar os preços para os consumidores americanos. A expectativa do governador paulista é que chefes de Estado e congressistas pressionem o governo Trump a recuar.

Segundo um secretário de Tarcísio ouvido reservadamente, canais de diálogo com Estados americanos existem há muito tempo e o objetivo agora é usá-los para buscar ajuda para reverter as tarifas. Ele relatou que governos estaduais brasileiros mantêm uma relação “paradiplomática” com os entes subnacionais dos Estados Unidos, disse que a relação diplomática cabe aos governos nacionais e minimizou a crítica de aliados do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de que Tarcísio estaria usurpando uma competência federal.



Governador paulista promoveu encontro com empresariado no Palácio dos Bandeirantes Foto: Pablo Jacob/Governo do Estado de SP

Na reunião, o governador paulista não fez críticas ao governo Lula e falou na importância da cooperação e diálogo neste momento, um ajuste de rota de Tarcísio — inicialmente, ele responsabilizou a gestão petista pela tarifa. Também foi discutida no encontro a possibilidade de os próprios empresários

mostrarem aos seus parceiros americanos os impactos negativos da taxaço.

Um empresário que participou da reunião e preferiu não se identificar descreveu a fala do governador como “genérica” e afirmou que os demais presentes defenderam uma saída diplomática para reduzir a tarifa. Para ele, o encontro, na verdade, teve como principal objetivo ajudar Tarcísio a desfazer a imagem de quem politizou o debate.

Em nota divulgada horas após a reunião, o governo de São Paulo reforçou “seu compromisso com o produtor, empresários e agronegócio paulista” e declarou que “fará todo esforço necessário para garantir o melhor desfecho ao setor produtivo, bem como seus milhões de empregos gerados direta e indiretamente”.

O mesmo empresário relatou que Tarcísio entregou a Gabriel Escobar uma apresentação com dados sobre o impacto financeiro do tarifaço para o Estado de São Paulo e pediu que ele levasse essa preocupação ao governo americano. Escobar ouviu representantes de diversos setores e fez uma fala breve, na qual defendeu que o Brasil precisa melhorar as condições para investimento e abrir mercados para os Estados Unidos. Acompanharam o encarregado de negócios Natalia Arenas, chefe-adjunta da Seção Político-Econômica da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil e Benjamin Wohlauer, cônsul-geral dos Estados Unidos em São Paulo.

Entre os presentes estavam o ex-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, o diretor administrativo da Indusparquet, José Antônio Baggio, além de representantes da Embraer, Usiminas, Cosan e de outras 13 empresas ou associações de setores como café, máquinas, carne, citricultura, energia, papel e celulose, madeira, transporte de cargas e setor sucroalcooleiro.

Após o encontro, Skaf disse por meio de nota que cerca de 20 empresários participaram da reunião e que foi ressaltado que todos os esforços devem ser feitos no campo diplomático.

“O momento exige maturidade, firmeza e cooperação: é fundamental que se esgotem todas as medidas de negociação e que o diálogo prevaleça, sempre com base nos interesses da economia real e da competitividade da indústria brasileira”, afirmou o ex-presidente da Fiesp.

A reunião no Palácio dos Bandeirantes ocorreu de forma simultânea ao encontro promovido pelo vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) com representantes da indústria brasileira em Brasília. Estavam presentes nomes como o atual presidente da Fiesp, Josué Gomes, o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Ricardo Alban, e o presidente da Embraer, Francisco Gomes Neto.

Presidente do comitê interministerial criado para liderar as negociações, Alckmin disse que o governo fez contato com industriais americanos para mostrar que a elevação da tarifa tornará os produtos americanos mais caros.

Na véspera, o vice-presidente disse não ver problema na reunião realizada pelo governo paulista, mas os encontros simultâneos foram lidos como uma disputa por protagonismo diante da crise – Tarcísio pode tanto disputar a Presidência contra Lula como a reeleição em São Paulo contra Alckmin em 2026 se o vice-presidente decidir se candidatar a governador novamente.

O deputado licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) tem adotado uma postura diferente da de Tarcísio. Ele defende que somente a aprovação de uma anistia “ampla, geral e irrestrita”, que beneficiaria o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), é capaz de reverter a decisão de Trump.

Eduardo criticou mais uma vez nesta terça-feira a estratégia adotada pelo governador paulista. O governador afirmou em uma entrevista no sábado, 12, que a priorização da anistia é uma questão de “ponto de vista” e que, como chefe do Executivo paulista, precisa defender os interesses das empresas do Estado. Os dois são cotados como candidatos a presidente da República em 2026 no lugar do inelegível Bolsonaro.

“Prezado governador Tarcísio, se você estivesse olhando para qualquer parte da nossa indústria ou comércio estaria defendendo o fim do regime de exceção que irá destruir a economia brasileira e nossas liberdades. Mas como, para você, a subserviência servil às elites é sinônimo de defender os interesses nacionais, não espero que entenda”, escreveu Eduardo Bolsonaro no X.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 15/07/2025

CÂMARAS DE COMÉRCIO DO BRASIL E DOS EUA PEDEM NEGOCIAÇÕES DE ‘ALTO NÍVEL’ PARA EVITAR ‘GRAVES DANOS’

Entidades divulgaram nota pedindo engajamento dos governos Lula e Trump em conversas para impedir implementação de tarifas de 50%

Por Caroline Aragaki (Broadcast)

A U.S. Chamber of Commerce e a Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham Brasil) divulgaram uma nota para a imprensa dos Estados Unidos nesta terça-feira, 15, pedindo para que os governos de Donald Trump e Luiz Inácio Lula da Silva se engajem em negociações de alto nível para evitar a implementação da tarifa de 50% a produtos brasileiros pelos EUA a partir de 1º de agosto.

“A imposição dessa medida como resposta a questões políticas mais amplas tem o potencial de causar danos graves a uma das relações econômicas mais importantes dos Estados Unidos, além de estabelecer um precedente preocupante”, afirmam, em nota.

Ambas as instituições mencionam que a tarifa proposta de 50% afetaria produtos essenciais às cadeias produtivas e aos consumidores americanos, elevando os custos para as famílias e reduzindo a competitividade de setores produtivos estratégicos dos Estados Unidos.



Para entidades, relação comercial estável e produtiva entre os países beneficia consumidores, sustenta empregos e promove prosperidade Foto: Emanuel/Adobe Stock

“Mais de 6.500 pequenas empresas nos Estados Unidos dependem de produtos importados do Brasil, enquanto 3.900 empresas norte-americanas têm investimentos naquele país. O Brasil está entre os dez

principais mercados para exportações dos Estados Unidos e é destino, a cada ano, de cerca de US\$ 60 bilhões em bens e serviços norte-americanos”, acrescentam.

A Amcham Brasil e a U.S. Chamber afirmam ainda que uma relação comercial estável e produtiva entre as duas maiores economias das Américas beneficia consumidores, sustenta empregos e promove prosperidade em ambos os países.

“A U.S. Chamber e a Amcham Brasil seguem à disposição para apoiar iniciativas que favoreçam uma solução negociada, pragmática e construtiva — que evite a escalada da atual situação e garanta a continuidade de um comércio bilateral mutuamente vantajoso.”

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 15/07/2025

ECONÔMICO
Valor

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

LEILÕES RODOVIÁRIOS MOVIMENTAM R\$ 168 BILHÕES EM INVESTIMENTOS

Com projeto de revisão de antigos contratos e novas concessões de estradas, infraestrutura de transportes vive processo de retomada de obras desde 2023

Por Governo Federal



Rota da Celulose, no Mato Grosso do Sul: obras na estrada vão beneficiar, diretamente, alguns municípios, como Ribas do Rio Pardo, Campo Grande e Três Lagoas — Foto: Vinicius Trindade/ Ministério dos Transportes

O Governo Federal está investindo em um vasto programa de concessões rodoviárias com o objetivo de modernizar e ampliar a malha viária nacional com foco em leilões e concessões. Só em 2025, já foram realizados cinco leilões de rodovias, e há dois com editais publicados, incluindo o da Ponte Internacional de São Borja-Santo Tomé, que liga o Brasil à Argentina. Até o fim deste ano, a meta é realizar 15 desses certames.

De 2023 a junho de 2025, 15 leilões já foram concluídos, o que representa R\$ 168 bilhões em investimentos previstos, abrangendo 7.400 km de rodovias federais modernizadas e sob nova gestão. Até o fim deste ano serão mais nove leilões, totalizando 24 em 2025. O foco é a eficiência, a melhoria da malha viária nacional e a atração de capital privado para acelerar benefícios à população.

O Ministério dos Transportes criou ainda um novo modelo para viabilizar o programa de revitalização nas estradas: a otimização de contratos. Como alguns acordos de gestão com a iniciativa privada em rodovias brasileiras estão defasados, foi preciso modernizá-los. Segundo a secretária nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse, a “otimização contratual significa a retomada de execução de obras”:

“É uma forma que encontramos, em parceria com o Tribunal de Contas, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e concessionárias, de retomarmos a execução de obras em contratos. Ou aqueles contratos que estavam no processo de devolução amigável ou relicitação — que é um instituto legal onde a concessionária pode devolver à união um ativo que não mais a

interessa ou que está com dificuldade de cumprir o que está estabelecido — ou contratos já realizados, mas que, apesar disso, a rodovia precisa de mais investimentos”, disse ela.

Com um novo contrato, novos benefícios podem ser agregados, com obras que não estavam previstas.

“Um exemplo são as áreas de escape em trechos de declive para oferecer uma área de segurança aos caminhoneiros e caminhoneiras, evitando acidentes. Ou pontos de parada de descanso para eles(as)”, concluiu Viviane Esse.

VIAS MAIS RÁPIDAS E SEGURAS



A BR-163 está entre as rodovias que serão revitalizadas. Ela faz parte do conjunto das estradas nacionais que compõem a Rota Bioceânica, um projeto estratégico que visa conectar o Brasil ao Oceano Pacífico por meio de um corredor logístico que passa por Paraguai, Argentina e Chile. O canal direto tem mais de 3.300 km de extensão e promete reduzir significativamente o tempo de transporte das exportações brasileiras para a região Ásia-Pacífico.

BR-101/ES/BA: com leilão de otimização que aconteceu no fim do mês de junho, a estrada receberá R\$ 10 bilhões em investimento, o que vai resultar em obras de melhorias — Foto: Vinicius Trindade/ Ministério dos Transportes

Além disso, a BR-163 é também um ativo estratégico para o desenvolvimento regional do Centro-Oeste, servindo como eixo de escoamento da produção agrícola e industrial em Mato Grosso do Sul, em direção a centros metropolitanos e portos do Arco Norte e Sudeste.

Caminhoneiros que vivem diariamente pela BR-163 têm queixas sobre vários percursos em pistas simples, mas estão comemorando as melhorias. Depois das obras, certamente o trânsito ficará mais ágil, vai haver redução no gasto dos caminhões e do tempo de viagem. O projeto de otimização da rodovia prevê duplicação da via adicional, marginal, contorno, ponte, viaduto, três novos pontos de parada e descanso, passagens de fauna, passarelas e centenas de acessos novos.

O estado do Mato Grosso do Sul não apenas está entre os que mais exportam carne bovina, mas é também o principal exportador de celulose, motivo pelo qual receberá mais um importante investimento na infraestrutura rodoviária. Com o leilão promovido no início do mês de maio, municípios como Ribas do Rio Pardo, Campo Grande e Três Lagoas serão beneficiados com a administração privada do trecho de 870,3 km das rodovias federais BR-262/267 e estaduais MS - 040/338/395, conhecida como Rota da Celulose.

Caminhoneiro há mais de 20 anos, sempre rodando na região Centro-Oeste, Bruno Teixeira está animado com a notícia, já que se cansou de gastar o que ganhava no conserto de seu caminhão por causa de buracos naquela estrada. Segundo ele, as obras nas pistas vão proporcionar viagens menos tensas e mais seguras.

TRANSPORTANDO SONHOS E AMORES

A BR-101/ES/BA, a segunda rodovia mais extensa do país, também está entre as que serão otimizadas. Ela é conhecida como “caminho do mar”, já que corta, pelo litoral, do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte. O segundo leilão de otimização realizado pelo Ministério dos Transportes, em junho deste ano, voltou-se para essa estrada, criando um novo modelo de contrato, mais compatível com as necessidades dos usuários. A rodovia receberá R\$ 10 bilhões em investimentos.

Comerciantes da região, como o vendedor de picolés Romário Nascimento, que há mais de dez anos trabalha nas areias capixabas, estão adorando a novidade: com a estrada revitalizada, a clientela

deve aumentar. O vendedor de chapéus Elmo Guedes tem a mesma expectativa, e acredita que, quando a estrada estiver pronta, suas vendas também vão crescer.

As boas perspectivas dos ambulantes são corroboradas por estudos. Segundo o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), voltado ao desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo, o fluxo de turistas realmente será mais facilitado na região depois das obras, com uma rodovia duplicada e bem sinalizada.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 15/07/2025

CARVÃO, O COMBUSTÍVEL PROTAGONISTA DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL QUE AINDA MOVE O SÉCULO 21

Para analistas da Agência Internacional de Energia, o mundo caminha para o pico do consumo de carvão até 2027, quando a curva deve começar a desacelerar

Por Robson Rodrigues, Valor — São Paulo



Usina de Figueira, no Paraná — Foto: Divulgação

Apesar dos compromissos globais com a descarbonização e da queda de custos das fontes renováveis, o carvão mineral — protagonista da Revolução Industrial — segue ocupando um lugar de destaque na matriz energética global. Em 2024, a geração de eletricidade a partir desse combustível ultrapassou os 10.700 terawatts-hora (TWh) no mundo, um recorde histórico, segundo a

Agência Internacional de Energia (AIE).

Dez anos após a assinatura do Acordo de Paris sobre o clima, especialistas apontam que a permanência do carvão no centro da matriz global, sobretudo na Ásia, é reflexo de fatores técnicos, econômicos e políticos que seguem superando as metas ambientais.

Uma reportagem do jornal “Financial Times” mostrou que 37 países ainda planejam novas usinas a carvão — incluindo Índia, China, Indonésia, Turquia e até a Argentina —, o que mostra que o carvão pode ser o combustível do passado, mas segue energizando o presente.

Durante anos, investidores se afastaram do carvão pressionados por movimentos ESG e os maiores bancos cortaram financiamentos ao setor. Mas essa tendência se inverteu. Nos EUA, o presidente Donald Trump prometeu reverter ordens ambientais.

De acordo com a AIE, o consumo global de carvão atingiu 8,77 bilhões de toneladas em 2024, um aumento de 1% em relação ao ano anterior. China e Índia lideram esse movimento: juntas, concentram mais de 85% dos projetos de novas termelétricas a carvão em construção.

Pico do consumo de carvão até 2027

O crescimento econômico acelerado, a busca por segurança energética e a dificuldade de substituir rapidamente essa base por fontes limpas explicam a aposta contínua no mineral. Para os analistas da agência, o mundo caminha para o pico do consumo de carvão até 2027, quando a curva deve começar a desacelerar.

No Brasil, o papel do mineral é bem mais limitado. Em 2023, essa fonte respondeu por apenas 1,2% da geração de eletricidade. Ainda assim, suas emissões são desproporcionais: 48,6% de todo o CO2 gerado pelas usinas térmicas fósseis no país vieram da queima de carvão.



Hoje, o parque a carvão soma menos de 3 GW de potência instalada, concentrado majoritariamente no sul do país. Apesar da baixa produção de energia, o setor é mantido por subsídios públicos que chegam a R\$ 4 bilhões por ano, por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo bancado pelos consumidores de energia via tarifa.

Apostas em carvão no Brasil

Nos últimos anos, o mercado de geração térmica a carvão no Brasil tem sido palco de movimentações significativas. Em uma das aquisições mais simbólicas, a Âmbor Energia, controlada pelos irmãos Batista, do grupo J&F, comprou a usina de Candiota, no Rio Grande do Sul, da Eletrobras.

Antes disso, em 2024, a Electra arrematou a usina de Figueira, no Paraná, pertencente à Copel. A aquisição ocorreu mesmo após um ano de paralisação da planta, indicando uma aposta na reconstrução dos ativos.

Mais recentemente, em junho, a Diamante Energia anunciou a aquisição de 100% da usina termelétrica de Pecém, no Ceará, um ativo de grande porte e estratégica localização portuária. A operação é estimada em cerca de R\$ 1 bilhão.

“A Faria Lima nunca se interessou por carvão. Agora veio atrás, mas não há mais usinas a carvão disponíveis no Brasil hoje. Se houvesse mais usinas a carvão, estariam à venda”, disse Luiz Fernando Zancan, presidente da ABCS, associação que representa as empresas do setor.

O cisne negro da história

Para ele, o grande cisne negro da história foi a inteligência artificial, que aumentou a demanda por energia e tornou incerta a escala futura desse consumo. Esse cenário, afirma, está entre os motivos usados por Donald Trump para não descomissionar nenhuma usina a carvão nos Estados Unidos.

Enquanto isso, o setor elétrico se articula no Congresso para derrubar os vetos às emendas do PL das eólicas offshore (PL 576/2021), o que permitiria a prorrogação de contratos de térmicas a carvão no Sul, operadas por empresas como Electra e Âmbor, até 2050. A pressão política ganha força pelo peso eleitoral da região e pela dependência socioeconômica da cadeia do carvão. A tentativa de prolongar a vida dessas usinas reacende o dilema ambiental: de um lado, contratos já encerrados; de outro, o risco social e político de um desmonte abrupto em regiões fragilizadas economicamente.

Segurança energética

A equação é clara: ativos a carvão só fazem sentido econômico se o risco for coberto por subsídios públicos. A Lei 14.299, de janeiro de 2022, viabilizou a prorrogação do contrato da termelétrica a carvão Jorge Lacerda, em Santa Catarina, até 2040, resultando em uma receita anual estimada em R\$ 1,8 bilhão. Por outro lado, Pedro Litsek, CEO da Diamante Energia, ressalta o papel de usinas deste tipo na segurança energética.

“O apagão de 2023 só não ficou mais tempo no escuro por conta das nossas usinas térmicas e hidrelétricas. Em uma situação de stress no sistema interligado, essas usinas conseguem assumir um pouco de carga. Naquele dia, nossas turbinas aumentaram a geração para segurar o corte de geração no Nordeste”, disse.

Ainda que a participação do carvão na geração elétrica mundial tenha recuado para o menor patamar desde 1974, para cerca de 35%, ele continua como a maior fonte isolada, à frente do gás natural e das renováveis. Isso apesar de ser responsável por quase 40% das emissões globais de gases de efeito estufa (GEE) do setor de energia. O carvão pode ser um combustível do passado, mas, por enquanto, ainda dita parte do futuro.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 15/07/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

APS OBTÉM LIMINAR CONTRA ANULAÇÃO DA NORMA SOBRE ÁGUA DE LASTRO PELA ANTAQ

Por Danilo Oliveira *Portos e logística* 15/07/2025 - 18:00



Juiz acatou recurso e entendeu que Antaq não poderia ter anulado norma da Autoridade Portuária de Santos. Em outro processo, armadores conseguiram cautelar no sentido de que APS não poderia editar norma local

A Autoridade Portuária de Santos obteve uma decisão favorável contra a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que havia declarado nula a norma da APS que fiscalizava o cumprimento de convenção internacional sobre o descarte irregular de água de lastro. No entanto, uma outra decisão cautelar em favor de armadores de longo curso (Centronave) e da

cabotagem (Abac) foi no sentido de que a APS não poderia ter editado esta norma (OPR.023.2024), que tornou obrigatória a obtenção de certificado do sistema de controle de gerenciamento e tratamento da água de lastro como condição para autorização de atracação de navios no complexo portuário santista.

Os armadores entendem que são dois processos distintos. Na avaliação da APS, o mandado de segurança concedido pelo juiz Diego Câmara, da 17ª Vara Federal de Brasília, permite a retomada dos trabalhos de fiscalização da água de lastro pela autoridade portuária. O entendimento é que a Justiça Federal manteve o direito de a APS condicionar a atracação de navios no Porto de Santos ao cumprimento das normas que previnem danos ambientais por espécies exóticas e nocivas à vida marinha e ao meio ambiente.

A Antaq havia anulado a norma sob alegação de invasão de competência, argumentando que a APS não teria atribuição para regulamentar a matéria. O Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado de São Paulo (Sindamar) e o Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave) pediram admissão ao processo para fornecerem informações a respeito.

A APS recorreu informando que a norma é essencial para a proteção ambiental local, destacando que um terço dos navios não cumpriram as obrigações legais durante sua vigência, evidenciando falhas nos mecanismos de fiscalização existentes. A autoridade portuária citou casos de danos à fauna marinha, inclusive com a extinção de espécies nativas, atacadas por predadores vindos de outras regiões do planeta, trazidos pela água de lastro captada e utilizada para manter a estabilidade dos navios.

No outro processo, os armadores de longo curso e da cabotagem alegaram nos autos que a certificação e o gerenciamento do sistema de tratamento de água de lastro devem ser feitos pela autoridade marítima, no caso de Santos, a Capitania dos Portos. Além de invasão da competência da Marinha do Brasil, com base na Normam-401/DPC, a defesa apontou ausência de uma efetiva prestação do serviço, pois, na prática, haveria 'mera reanálise dos documentos apresentados junto à autoridade marítima'. Centronave e Abac também argumentaram que há apenas uma empresa credenciada junto à APS para emissão do certificado (G7 Consultoria Ltda.), a qual não teria objeto social compatível com a matéria.

(Em atualização)

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 15/07/2025

DECRETO QUE REGULAMENTA BR DO MAR SERÁ ASSINADO QUARTA-FEIRA (16)

Por Danilo Oliveira Navegação 15/07/2025 - 13:22



O governo federal marcou, para a manhã desta quarta-feira (16), uma cerimônia para assinatura do decreto que regulamenta o programa BR do Mar, instituído pela Lei 14.301/2022. A legislação aguardava regulamentação desde o começo de 2022. O evento, previsto para as 10 horas, ocorrerá no Palácio do Planalto, em Brasília, e tem previstas as presenças do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro de portos e aeroportos, Silvio Costa Filho.

O programa BR do Mar, objeto de muita discussão há mais de cinco anos, visa estimular o crescimento do modal, ampliar a oferta de embarcações, criar novas rotas, reduzir custos logísticos e aumentar os empregos no setor, além de fomentar o desenvolvimento e inovação da indústria naval. A iniciativa, no entanto, gerou uma série de propostas e recebeu uma série de emendas durante a tramitação no Congresso, o que foi alvo de críticas por diferentes setores que alertaram para 'jabutis' que inverteriam as premissas do programa.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/07/2025

PETROBRAS BUSCA 11 EMBARCAÇÕES DE APOIO A ESTRUTURAS OFFSHORE

Da Redação Offshore 14/07/2025 - 19:44



A Petrobras abriu três licitações para o fornecimento de um total de 11 embarcações de apoio para acesso de trabalhadores a estruturas offshore, os chamados walk-to-work, que permitem que pessoas acessem andando, por uma rampa, plataformas e outros equipamentos.

O prazo de uma das consultas se encerrou nesta segunda-feira (14). Ela previa duas embarcações com capacidade para pelo menos 80 pessoas a bordo, com proposta de contrato de 730 dias e utilização de setembro a dezembro de 2025.

O prazo de outra licitação vai até a próxima sexta-feira (18). A proposta é para a contratação de três embarcações com capacidade para transportar de 40 e 60 pessoas. O contrato não tem um número fixo de dias, mas prevê-se que o período de afretamento seja de 540 a 1.095 dias. O uso pela Petrobras ocorrerá de fevereiro de 2026 e junho de 2027.

A outra é para seis embarcações com capacidade para receber 60 pessoas a bordo. O contrato terá duração de 730 dias, com mobilização prevista para julho e setembro de 2026. A licitação será encerrada em 23 de julho.

Além dessas embarcações, a Petrobras tem licitação de longo prazo aberta para dois AHTS (manuseio de âncoras). As embarcações, de 300 toneladas com tração por cabo, seriam afretadas por 8, 10 ou 12 anos, e o afretamento teria início cinco anos após a adjudicação. A licitação se encerra em 30 de setembro.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/07/2025



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 095/2025
Página 57 de 57
Data: 15/07/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS
Data: 15/07/2025